

AC

ACE

CNF

18229 / 81

1 / 1

CONFIDENCIAL

018220

81

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL



INFORMAÇÃO Nº 0288 /19/AC/81

DATA : 12 Ago 81
ASSUNTO : JORNAL "MULHERIO"
ORIGEM : AC/SNI
DIFUSÃO : DSI/MJ - CI/DPF
ANEXO : Cópia xerox de jornal

1. Está circulando o nº 2 do jornal "MULHERIO", de publicação bimestral e relativo aos meses de Jul e Ago 81. A redação situa-se na FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, SÃO PAULO/SP, tendo como jornalista responsável ADÉLIA BORGES, registrada no Ministério do Trabalho sob o nº 10.680 - SJESP 4549.

2. A referida publicação, propondo-se a divulgar assuntos de interesse da mulher, o faz de forma contestatória, promovendo o socialismo e propagando literatura esquerdista.

3. Figuram no expediente do jornal, além da jornalista responsável, ADÉLIA BORGES, as seguintes pessoas:

a. Conselho Editorial

CARMEM BARROSO, CARMEM DA SILVA, CRISTINA BRUSCHINI, ELIZABETH SOUZA LOBO, EVA ALTERMAN BLAY, FÚLVIA RO SEMBERG, HELEIETH SAFFIOTI, LÉLIA GONZALEZ, MARIA CARNEIRO DA CUNHA, MARIA MALTA CAMPOS, MARIA MORAES, MARIA RITA KEHL, MARIA VALÉRIA JUNHO PENA, MARÍLIA DE ANDRADE, MARIZA CORREA e RUTH CARDOSO.

b. Redação

ADÉLIA BORGES, FÚLVIA ROSEMBERG e MARÍLIA DE ANDRADE (editoras); MARLENE RODRIGUES (editora de arte); CLÁUDIA JAGUARIBE, ESMERALDA VAILATI NEGRÃO, FERNANDA ARANTES, HER

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 0288 /19/AC/81..... Fls. 02)

MÍNIA BRANDÃO, IREDE CARDOSO, LAÍS TAPAJÓS, MARIA ALICE CAMPOS RODRIGUES e MARIA OTÍLIA BOCHINI (colaboradoras).

- * -

CONFIDENCIAL

SE-19

A violência contra a mulher, que começa na infância e permeia o cotidiano, nas páginas 12 a 17



Foto Renata Castela Branco

ANO I
NUMERO 2
JULHO/AGOSTO 1981
Cr\$ 80,00

MULHERIO



Cinco motivos

É com imensa satisfação que dou as boas-vindas à publicação de vocês e me pongo à disposição para o que for preciso. Tenho o máximo interesse em continuar a receber **Mulherio**, por diversos motivos: 1) porque sou mulher; 2) porque sou jornalista; 3) porque sou escritora, estando inclusive agora trabalhando num romance sobre mulheres; 4) porque recebo sempre publicações feministas do Brasil e da América Latina com grande contentamento; 5) porque estou sempre em contato direto com grupos feministas e com os que pesquisam sexualidade, podendo inclusive servir de ligação entre o jornal e esses núcleos. Obrigada pela remessa e que o jornal de vocês continue resistindo nesta luta que é a de todas nós.

Leila Miccolis, Rio de Janeiro

Sugestões: índias, negras, sexo

Aminas: gostei do jornal. Estamos todas de parabéns! É muito bom ter espaço para o debate das nossas questões. Como vocês sabem, trabalho mais com índios do que com índias. Seria interessante, entretanto, que planejássemos algum papo sobre a situação dessas mulheres.

Carmen Junqueira, São Paulo

Sou participante do Clube Paimares em Volta Redonda. Gostaria muito que **Mulherio** não só divulgasse a posição da mulher negra como também suas dificuldades gerais. Sou negra, sou gente, sou mulher. Sou simplesmente gente como todo mundo é. Mulher.

Sueli de Paiva Lima, Volta Redonda, RJ

Gostaria que o jornal abordasse, na medida do possível, o tema sexo. É gostoso ouvir a mulher falar de sexo, expor seus anseios, problemas e satisfações, com base na sua experiência ou observações. Entendo que na medida em que nós, homens, pudermos aproveitar essa eventual experiência que

Mulherio poderá pôr em prática, estaremos melhorando no sentido de completar, em todos os aspectos, esse maravilhoso e complexo ser, a mulher.

Francisco Carvalho Neto, da sucursal de São Paulo do Jornal do Brasil

Elogios: que bom!

Parabéns pelo lançamento do **Mulherio**. Se levamos em conta que é justamente através dos meios de comunicação que a mulher continua sendo discriminada da maneira mais ridícula e acintosa, creio que o apoio que nós, mulheres, demos ao novo jornal, será a garantia do sucesso da campanha em que estamos empenhadas, em defesa dos direitos da mulher brasileira. **Mulherio** é como um farol a mostrar aos homens e mulheres o preconceito e o machismo, que entravam o progresso feminino e o desenvolvimento nacional.

Romy Medeiros da Fonseca, presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, Rio de Janeiro

À redação, Conselho Editorial e companheiros do jornal **Mulherio**, nosso abraço. Sucesso pleno.

Maria de Lourdes Michelin, vereadora, Erechim, RS

Parabéns à equipe do **Mulherio**. Estávamos mesmo precisando dele. Vale a pena não só ser lido mas amplamente divulgado, e é o que estou fazendo e com grande prazer. Espero sinceramente que esse jornal siga em frente e consiga milhões de adeptos.

Jenny Maria Prado, São Paulo, SP

Contra o nome...

Agradecendo a gentileza de me enviarem **Mulherio**, devo dizer que estou verdadeiramente ENTUSIASMADA, assim com maiúsculas mesmo, pela qualidade desse pequenino e ótimo, que tem tudo para crescer e se tornar um grandão e ótimo. Uma nota: acho que não concordo com o título. Por que será que as mulheres parecem sempre estar pedindo desculpas, tipo "olha aqui, nós fizemos um jornal mas estamos nos gozando um pouco"? Não se levarem a sério. Um jornal masculino chamado Homenzarrada... o que vocês pensariam dele?

Cecilia Prada, São Paulo

Temos acompanhado com interesse o jornal, sentindo que é um novo espaço para a troca de informações entre mulheres. Há cerca de um ano, criamos um grupo de mulheres dentro da Frente Nacional do Trabalho. Em relação ao nome, nós concordamos com a crítica de que a palavra "mulherio" não é quase sempre empregada com sentido pejorativo, ela tem sentido pejorativo. Não conhecemos nenhum lugar onde seja

aplicada de outra forma. De qualquer maneira, o nome chama atenção, sem dúvida, e atrai a leitura.

Ana Lucia de Jesus, São Paulo

... e a favor

Faço parte do grupo feminista Sociedade Brasil Mulher — núcleo Salvador e, mesmo com um nível de mobilização aquém do desejado, tentamos levar adiante a da mulher em todas as camadas da sociedade. Em meu nome e em nome da Sociedade Brasil Mulher — núcleo Salvador, votos de muito sucesso para o **Mulherio** (nome aliás que valorizamos, pois acreditamos que certas palavras, se bem utilizadas, podem perder as conotações negativas a elas atribuídas pela sociedade machista em que vivemos).

Margot Piva, Salvador, BA

Esclarecimentos

A respeito da publicação de trecho de um artigo de minha autoria ("8 de março, passado e presente de lutas", no n.º 0 de **Mulherio**) na seção "Sem Comentários" do n.º 1, gostaria de esclarecer que a troca de sexos das "operárias" para "operários" não é da responsabilidade da autora, podendo talvez ser atribuído ao sexismo consciente ou inconsciente de revisores e impressores, através de cujas mãos o texto passou, antes de ser publicado.

Maria Carneiro da Cunha, São Paulo, SP

Em matéria publicada na última página do n.º 1 — "Elas por elas: tribuna livre" — ficou a impressão de que o programa de rádio tinha saído do ar. No entanto, "Elas por Elas" continua sendo transmitido diariamente pela Rádio Mulher, de São Paulo, agora em novo horário (das 12 às 14 horas) e com a participação de Maria Rita Kehl.

A redação

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade Mariza Correa e Ruth Cardoso.

Redação

Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg e Marília de Andrade (editoras), Marlene Rodrigues (edição de arte), Mari (ilustração) e Miriam Tanus (encarregada de assinaturas). Além das pessoas que assinam matérias e das integrantes do Conselho, também colaboraram neste número: Cláudia Jaguaribe, Esmeralda Vailati Negro, Fernanda Arantes, Hermínia Brandão, Irene Cardoso, Laís Tapajós, Maria Alice Campos Rodrigues e Maria Otília Bochini.

Jornalista responsável

Adélia Borges — Registro no MTB nº 10.680 — SJESP 4549.

Mulherio é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. É livre a transcrição de suas matérias, mas pede-se que seja citada a fonte e sempre que possível, nos seja enviada uma cópia da reprodução. Pede-se permissão com outras publicações do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone 211-4511 — ramal 247.

Composição: AFA — Av. Liberdade, 704 — São Paulo.

Impresso nas oficinas Artes Gráficas Guarú S/A. Fone: 209-6311 (PABX)

PROMOÇÃO ESPECIAL DE ASSINATURAS

O preço do exemplar avulso do jornal, agora com 24 páginas, aumentou para 80 cruzeiros. Mas até o final de julho você pode aproveitar a campanha especial de assinaturas pelo preço antigo: por 300 cruzeiros (para o exterior, 500 cruzeiros), você recebe **Mulherio** por um ano.

Para assinar, envie um cheque nominal ou vale postal em nome da Fundação Carlos Chagas ao seguinte endereço: Av. Prof. Francisco Morato, 1.565, CEP 05513, São Paulo, SP. Num papel anexo, relacione seu

nome, endereço completo, profissão e telefone.

Atenção: essa campanha é válida apenas para as assinaturas que forem postadas no Correio até 31/7/81. Após essa data, a assinatura anual custará 500 cruzeiros (para o exterior, 800 cruzeiros).

A distribuição gratuita do jornal continuará a ser feita apenas para as instituições de pesquisas, grupos de mulheres e órgãos de imprensa, na proporção de um exemplar para cada.



Foto Cristina Villares

RECORRER À LEI PODE SER UM BOM NEGÓCIO

Você está recebendo salários menores do que os de seus colegas homens para exercer funções iguais? Uma das saídas é abrir um processo trabalhista contra a empresa, já que a máxima de "salário igual para trabalho igual" é consagrada pela lei. Nos Estados Unidos, em 1980, centenas de mulheres optaram pela via legal para reclamar seus direitos, e no final dos processos ganharam substanciais indenizações. A maior indenização foi paga pela Ford Motor Co.: 23 milhões de dólares. Os processos de "igualdade de oportunidade de emprego" atingem também os órgãos públicos e as universidades. A Assessoria de Imprensa do governo americano pagou 16 milhões de dólares a encadernadoras, e a Universidade de Minnesota, 10 milhões a professoras. (dados extraídos da publicação WIN News, primavera de 1981).

QUE TAL COPIAR OUTROS HÁBITOS DA MATRIZ?

Quem teve a oportunidade de fazer compras nos supermercados, lojas e drugstores de algumas cidades americanas no início dos anos 70 deve se lembrar dos adesivos colados em algumas mercadorias: "Este produto explora a mulher". Era o caso de desodorantes "intimos", dos produtos para emagrecer ou qualquer outro, que, em sua embalagem, no nome ou na propaganda discriminasse a mulher. Grupos feministas distribuíam os adesivos para grande número de mulheres levarem em suas bolsas na hora das compras e colarem nas mercadorias. Era possível, assim, a cada uma, no seu cotidiano, exercer o direito de crítica e protesto, alertando suas colegas consumidoras. Já que não hesitamos em copiar os hábitos de consumo da matriz, que tal desenvolvermos algumas idéias sugeridas por suas primeiras vítimas?

Maria Malta Campos

Mulherio

Ecologia

PRESERVAR O MEIO AMBIENTE, TAREFA PARA COMEÇAR JÁ, DENTRO DE CASA

Buscar um jeito novo de convivência entre homens e mulheres não é também uma forma de preservar a vida? E nesta busca não cabe a defesa do meio ambiente? E seguindo essa linha de raciocínio que, em vários países, os movimentos feministas e ecológico têm se cruzado com bastante frequência, através da programação de ações em comum ou da militância dupla de mulheres nos dois movimentos. Afinal, ambos julgam que, embora seja necessária uma modificação estrutural na sociedade para que se alcance a emancipação da mulher ou a preservação do meio ambiente, é hora de começar desde já, inclusive dentro de nossas próprias casas, a lutar pelas mudanças.

Em São Paulo, há um núcleo, composto sobretudo por mulheres, bastante ativo na luta pela defesa do meio ambiente: o Grupo Seiva de Ecologia, liderado pela atriz Cacilda Lanuza e pela feirante Regina Marcondes Camargo. Em folhetos distribuídos aos milhares pela cidade, o Grupo dá uma série de dicas sobre "como salvar a natureza na vida diária".

Um deles, com o título "Os rios pedem socorro", diz: "As espumas e os peixes mortos às toneladas nos rios, represas e mares, são em parte resultado dos detergentes que VOCÊ usa em sua casa. Detergente é veneno. Produto sintético feito de petróleo. Por mais que você enxágue sua louça, panela ou talher, sempre ficam resíduos que vão prejudicar sua saúde e a de sua família. Nossas mães, avós, bisavós nunca precisaram de detergentes. Nós também não precisamos. Nós, mulheres, estamos sendo usadas para envenenar o meio ambiente. Resista à propaganda!".

Para não ficar apenas na denúncia, segue-se uma receita de sabão líquido, substituto do detergente, com a vantagem de ser mais barato e não poluir. Anote: 2 pedaços de sabão de coco ou outro qualquer de pedra, 2 limões, 4 colheres de sopa de amoníaco. Derreter o sabão, ralado ou picado, em 1 litro de água fervente. Juntar 5 litros de água fria, o suco dos limões e por último o amoníaco. Dissolver bem e guardar em garrafas.

Em outros folhetos, o Grupo Seiva apresenta vários "conselhos práticos" para quem pretende salvar a natureza e se defender da sociedade de consumo. Alguns deles:

- Não consuma além do necessário. Evite o supérfluo.

- Prefira embalagens de vidro às de plástico. O vidro é reutilizável. O plástico não se decompõe na natureza, podendo permanecer bilhões de anos em sua forma original, poluindo as águas dos rios, lagoas e mares.

- Incentive o reaproveitamento do papel e do lixo. Não jogue papel fora. Revenda ou ceda tudo o que for papel ou papelão.

- Evite usar venenos e inseticidas, todos são altamente nocivos à sua saúde. Uma casa limpa não atrai insetos. Pimenta do reino em pó serve para matar baratas. Formigas não gostam de cascas de pepino ou de carvão.

Se quiser receber os folhetos com essas e outras dicas, escreva para o Grupo Seiva de Ecologia, Caixa Postal 55.190, São Paulo, 01000.

Cooperativas

CRÉDITO PARA MULHERES POBRES

Cooperativas de crédito para mulheres, incluindo poupança, empréstimos e ação social, já foram criadas em diversos países. Um exemplo é o da Associação de Mulheres Autônomas, do Estado Gijerat da Índia. Trata-se de sindicato com 12 mil associadas vendedoras de frutas, de roupas usadas, costureiras, etc, a maioria delas analfabetas.

A criação de uma cooperativa de crédito, junto à associação, lhes permitiu comprar máquinas de costura, carros de mão e outros equipamentos que antes tinham de alugar. Entre 1974 e 1976, oito mil mulheres haviam recebido cerca de 400 mil dólares em créditos e somente 13% estavam atrasadas com seus pagamentos.

Outro exemplo é o Fórum das Mulheres Trabalhadoras, também da Índia. Criado em 1978, em Madras, contava com mais de cinco mil associadas, que ganhavam menos de um dólar (cerca de 8 rupias) por dia. A cota para se associar é de uma rupia por ano, e as interessadas devem indicar sua vontade de pertencer a grupos de vizinhança de 25 a 50 mulheres que se reúnem mensalmente, para analisar as solicitações; de empréstimos e endossá-las.

Além disso, o Fórum proporciona outras formas de assistência às mulheres (por exemplo, escolas para crianças, cursos de alfabetização para as mulheres, proteção contra a hostilidade da polícia), tendo se tornado também um importante movimento político.

Uma pergunta para as mulheres brasileiras: seria interessante desenvolver algo semelhante aqui? Maiores informações sobre esses projetos encontram-se em duas publicações, disponíveis na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas: "The Urban Edge", vol. 5, n° 2 (em espanhol), e "Market Women's Cooperatives: Giving women credit", de Judith Bruce.



Foto Cristina Villares



Até 1958, Cuba esteve, de uma forma ou de outra, dominada ou pelos espanhóis ou pelos norte-americanos. Nos anos que precederam o triunfo da revolução socialista a 1º de janeiro de 1959, Cuba funcionou como prostíbulo dos norte-americanos. No mundo das ocupações profissionais não havia lugar para as mulheres. As que necessitavam ganhar o próprio sustento tinham que sujeitar-se seja ao emprego doméstico, seja à prostituição. Estimava-se que somente em Havana havia, no momento do triunfo da revolução, mais de cem mil prostitutas.

Se Cuba tivesse se preocupado meramente com a socialização da propriedade, certamente não estaria hoje na situação em que se encontra no que tange à participação feminina no desenvolvimento econômico-social do país. Mas seus governantes preocuparam-se desde logo com a questão feminina e fundaram a Federação de Mulheres Cubanas, incumbida, com o importante auxílio do Estado, de promover a mulher. Foram executados intensos programas de qualificação de mão-de-obra feminina, de modo a permitir um aproveitamento racional para a nação e decente para a mulher deste amplo contingente que, ou não encontrava empregos, ou se dedicava a tarefas que feriam a dignidade humana.

As empregadas domésticas e as prostitutas foram rapidamente preparadas para trabalhar na indústria ou no setor de serviços. Um plano de reintegração das prostitutas na sociedade foi estabelecido e rigorosamente seguido, de maneira a impedir que viessem à tona preconceitos nos locais de trabalho. Hoje, em Cuba, não se é capaz de distinguir as mulheres em razão de sua vida passada. Há ex-empregadas e ex-prostitutas ocupando altos cargos, nos mais diversos campos.

A participação na força de trabalho

Em 22 anos de luta contra o machismo, o Estado e o povo cubanos conquistaram, sem dúvida, uma ampla vitória. Este país conta hoje com uma representação feminina na força de trabalho nacional de cerca de 32%. Poderá o leitor ou leitora retrucar que a mulher brasileira representa a mesma proporção no conjunto dos trabalhadores nacionais. Isto realmente é verdade. Entretanto, há que se examinar a composição dos dois contingentes femininos — o brasileiro e o cubano — que detêm funções econômicas remuneradas.

No Brasil, é extraordinariamente grande a presença da empregada doméstica. Há uma década estimava-se que cerca de um terço das trabalhadoras brasileiras era constituído de empregadas domésticas. Se a estas se somassem as demais mulheres que trabalhavam autonomamente, sem os benefícios integrais da legislação trabalhista, chegava-se facilmente à casa dos 50%.

O caso de Cuba é profundamente diverso. Não há, naquele país, uma só empregada doméstica. Pode-se obter uma ajuda de uma mulher aposentada, num momento difícil de doença em família, por exemplo. Estes casos, porém, são esporádicos e estão muito longe de configurar a regularidade que apresentavam

Do machismo ao socialismo

A socióloga Heleith Saffioti, professora em Araraquara, esteve recentemente em Cuba, e voltou entusiasmada com as conquistas lá obtidas no combate ao machismo. Neste artigo, ela mostra a situação da mulher cubana antes e depois da Revolução.



Foto: John de Souza

A infra-estrutura para o cuidado das crianças é significativa

antes da vitória da revolução. A prostituição também desapareceu, a exemplo do emprego doméstico.

O que há é uma ampla liberalidade sexual, sendo encaradas normalmente as relações sexuais pré-maritais. O aborto é legal e gratuito, como são, aliás, os demais serviços de saúde pública, inclusive a cirurgia plástica estética. Se a mulher for maior de 14 anos, pode apresentar-se sozinha a uma clínica e o aborto será feito segundo a mais rigorosa prática médica, com anestesia e, portanto, sem a tortura punitiva da não-anestesia praticada em certas instituições "médicas" brasileiras. Se a mulher for menor de 14 anos, seu aborto terá de ser autorizado por sua mãe, pai ou responsável legal.

Esta legislação tão liberal não indica que haja, necessariamente, um grande número de abortos antes dos 14 anos. Há numerosas e consistentes campanhas educativas, mostrando os riscos para a saúde representados por abortos e a necessidade de se esperar o desenvolvimento completo do organismo e da consciência.

Através destas campanhas, consegue-se evitar amplamente a gravidez precoce, indesejável, quer do ponto de vista orgânico, quer do ângulo psíquico. A educação para a prática sadia do sexo é bastante difundida em Cuba e os mais variados métodos contraceptivos estão à disposição da população.

Há um profundo respeito pela criança e pela mãe que trabalha fora do lar. A infra-estrutura de serviços para a guarda e cuidado das crianças é significativa para os recursos de um país pobre como Cuba. As crianças são recebidas nas creches aos 45 dias de idade, e aí permanecem durante

o dia inteiro até os 8 anos de idade. Nas creches as crianças recebem alimentação, roupas, cuidados médicos, recreação e educação. É assegurado um litro de leite diário a toda criança cubana, esteja ou não em creche, até os seis anos de idade. Somente os filhos de trabalhadores têm direitos à creche.

Caso a mãe não desempenhe nenhuma ocupação fora do lar, terá de cuidar de seus filhos em casa. Nesta hipótese, a mulher só se libera dos cuidados e guarda dos filhos quando estes completam seis anos e ingressam na escola primária, também com funcionamento em tempo integral.

É óbvio, entretanto, que, embora liberada dos cuidados e da guarda das crianças, a mulher não está isenta de outras tarefas exigidas num lar. Há muito trabalho doméstico a ser realizado no interior de uma casa e esta tarefa era tradicionalmente atribuída à mulher. O Código de Família de Cuba é o único do mundo que dispõe sobre a divisão do trabalho doméstico, determinando que o homem deve colaborar com os serviços domésticos, mesmo quando apenas ele trabalha para o sustento da família.

É evidente que em 22 anos de construção do socialismo não se chegou à eliminação total do machismo, sobretudo porque Cuba era um dos países mais machistas do mundo. Mas pode-se afirmar que a colaboração do homem nas tarefas domésticas já é notável e tende a ampliar-se.

Como país pobre, em processo de industrialização, Cuba não pode cogitar agora de socializar os trabalhos domésticos. Diante desta limitação de ordem econômica, lutou e continua lutando por uma repartição mais igualitária entre os sexos do ônus social da produção diária e da reprodução da força de trabalho.

Heleith Saffioti



Mitterrand e as mulheres

A chegada ao poder do Partido Socialista Francês suscita novas esperanças. A mudança repentina do estado de espírito do francês após sete anos de um governo de "austeridade", o fim da apatia consequente ao fracasso das esquerdas nas eleições de 1978 foram motivo de uma ressurreição espantosa e rápida dos movimentos de mulheres. Embora nem todas as reivindicações dos movimentos feministas sejam contempladas no programa de François Mitterrand, a efervescência das eleições já trouxe à luz novas associações, novos projetos, como se a alegria da vitória bastasse para dar novo fôlego à reorganização do movimento autônomo de mulheres.

Cansadas de sofrer as consequências da crise econômica sobre seu emprego e sobre seu poder aquisitivo, pela primeira vez na França a maioria das mulheres de menos de 50 anos votaram nos candidatos de esquerda. Uma sondagem feita pelo Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) indicou que 21 por cento das mulheres que votaram em Mitterrand esse ano tinham apoiado Giscard d'Estaing nas eleições presidenciais de 74.

O cansaço tem muitas fontes e razões: as últimas medidas de Giscard de favorecimento ao aumento da natalidade, as restrições governamentais à lei de legalização do aborto, declarações como as do senador Henriot, para quem "mais vale enviar as mulheres para a cama que ao trabalho", tudo temperado pela demagogia presidencial a respeito dos direitos da mulher. Na verdade, as francesas, estão cansadas desse país paradoxal que depois de produzir penças de grupos e militantes feministas no decorrer do século XIX, acabou concedendo o direito de voto às mulheres apenas em 1944 — bem depois do Brasil.

As feministas preferiram não apoiar as duas mulheres candidatas à presidência: Hugette Bouchardeu, do PSU (Partido Socialista Unificado, à esquerda do PS) e Arlette Laguiller, da LO (Lutte Ouvrière, organização trotskista independente de extrema esquerda). Preferiram, em sua maioria, participar maciçamente da campanha de Mitterrand, favorecendo sua vitória.

A Resposta: um governo com feministas

O esforço parece ter sido produtivo. Nunca tantas mulheres foram chamadas a compor um gabinete. Pela primeira vez no mundo, uma mulher assume o Ministério da Agricultura: Edith Cresson, engenheira e demógrafa, deputada no Parlamento Europeu e colaboradora de Mitterrand há 15 anos. Para a pasta de Consumo, recentemente criada, o PS indicou Catherine Lalumière, professora de Direito da Universidade de Paris I, "não feminista, mas disposta a resolver os problemas das mulheres", segundo suas palavras. No Ministério da Solidariedade Nacional, também recém-criado, outra mulher, Nicole Questiaux. Mais uma novidade: uma ministra delegada junto ao Ministro do La-

zer, dos Esportes e da Juventude, Edwige Avice, deputada da tendência Ceres do PS, à esquerda de Mitterrand. E, finalmente, no ministério delegado perante o 1.º Ministro e encarregado do Direito das Mulheres, Yvette Roudy, também deputada no Parlamento Europeu, "feminista há 20 anos", tradutora e escritora.

Segundo Yvette, a partir da orientação fixada no programa de Mitterrand, seu ministério desenvolverá três eixos prioritários de ação. O primeiro será a **igualdade no trabalho**, com a aplicação rigorosa da lei de 1972 que estabelece a igualdade de salários entre homens e mulheres. Essa lei, que deveria ser aplicada em todos os países da comunidade europeia não é, na verdade, aplicada em parte alguma. Para que a igualdade se efetive, Yvette propõe a redefinição de suas modalidades de aplicação e a criação de uma comissão de controle. Além disso, ela sugere também uma melhor utilização do Fundo Social europeu para a formação profissional da mulher e a possibilidade de se recorrer a um sistema de cotas para recrutamento nas empresas, de forma a não permitir a existência de mais de 70 por cento de representantes de um só sexo numa empresa.

Essas medidas devem ser complementadas por outras anunciadas no programa de Mitterrand sobre o trabalho: criação de 200 mil novos empregos públicos, antecipação da idade da aposentadoria e fixação de 35 horas semanais de trabalho, embora se saiba que essa redução da jornada sem prejuízo dos salários deva ser aplicada de forma gradual.

A questão do aborto

O segundo ponto prioritário do programa de Yvette Roudy gira em torno de uma aplicação mais liberal da atual lei sobre contracepção e aborto, que permite o funcionamento de centros de IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez) nos principais hospitais públicos e a legalização do aborto quando efetuado nas primeiras dez semanas de gestação. Contra a opinião de certas correntes do movimento feminista, que são pela revogação imediata da lei atual e de suas cláusulas restritivas, Yvette defende a manutenção da legislação existente. Essa lei veda o acesso ao

aborto às menores e às imigrantes, tem a chamada "Cláusula de consciência" (um médico contrário ao aborto está autorizado a recusar a intervenção) e não prevê o reembolso do ato médico pela Previdência Social. Implicamente, o programa acaba por concordar com o prazo de dez semanas, apesar do PS inicialmente ter defendido seu alargamento para 20 semanas e, em seguida, em 1979, tê-lo reduzido novamente a 14 semanas. O próprio Mitterrand, em debate com Giscard, havia reconhecido que "14 semanas lhe parecia pessoalmente um prazo excessivo" e formulava reticências sobre a liberdade de aborto para as menores, questão também proposta anteriormente pelo próprio PS.

O terceiro item importante da política do governo em direção às mulheres consiste no **pagamento automático das pensões às mulheres divorciadas** através de um fundo especial do governo que se encarregaria depois de cobrar judicialmente os faltosos — que, na França, constituem cerca de 60 por cento dos maridos divorciados.

Finalmente, o programa propõe a criação de 300 mil novas vagas em creches, aconselhando, entretanto, que seria conveniente "pensar num sistema intermediário entre a creche e a **garderie**" (um tipo de creche sem serviços especializados e com atendimento simplificado, mais parecida com um depósito de crianças, criada por Giscard para reduzir as despesas públicas de caráter social).

Nesse ponto, há uma medida complementar prevista no programa, que prevê uma licença remunerada de um ano para o pai ou para a mãe do recém-nascido. Essa iniciativa pode ser uma solução, mas também uma forma de disfarçar o desemprego e a falta de equipamentos coletivos e onde serão as mulheres que irão "escolher" majoritariamente tal licença. Contra isso, algumas correntes feministas propõem a concessão de uma licença de seis meses para o pai e a mãe simultaneamente, o que tornaria pelo menos teoricamente possível a partilha dos afazeres domésticos após o parto.

Novas propostas

A efervescência surgida primeiro na campanha, em seguida pela vitória do PS nas eleições presidenciais e posteriormente nas eleições legislativas, já começou a se traduzir em propostas novas de organização das mulheres. Uma nova associação nasceu, a "Feminisme et Politique", e discute-se a possibilidade de criação de um sindicato de mulheres que funcione como interlocutor ao governo.

Mas a idéia que parece ter provocado maior número de debates no interior do movimento foi a da constituição de uma Federação de Mulheres, nos moldes da organização canadense. A Federação representaria todos os grupos de mulheres, as revistas e os jornais feministas, as casas de mulheres, os movimentos de mulheres espancadas, todas as representações do amplo espectro em torno do qual as francesas se organizam.

Helena Hirata



Edith Cresson, a ministra da Agricultura

Respeitar a criança, o passo necessário

Durante quatro dias, mais de 300 pessoas discutiram temas ligados à literatura escrita por mulheres neste século, durante o 4º Congresso Interamericano de Escritoras, realizado no México em junho. Várias brasileiras participaram do encontro, como Nélida Piñon, Lígia Fagundes Telles, Maria Carneiro da Cunha, Nádia Battella Gotlib, Lúcia Villares, Teresa Pires Lara e Bella Josef. Fúlvia Rosemberg, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, também foi ao México, e participou especialmente das discussões sobre sexismo na literatura infantil. Neste artigo, ela traça um panorama das pesquisas e ações práticas relacionadas ao tema, procurando apontar novas perspectivas.

O estudo sistemático do sexismo em livros para crianças e jovens constitui uma preocupação relativamente recente. Após um início moroso, episódico, os estudos espoucaram, extraordinariamente dinâmicos pela interdisciplinaridade, pela inventividade metodológica, pelo compromisso militante e, sem dúvida, pela força de sua denúncia.

Em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, de maior ou menor tradição democrática, com grupos feministas mais ou menos atuantes, as inscrições das imagens de personagens masculinos e femininos na literatura infanto-juvenil foram praticamente idênticas; a bipolarização dos papéis sexuais, reservando a cada sexo, no texto e na ilustração, características bastante distintas, claramente discriminatórias em relação à mulher.

Nesses livros, além de mais frequentes, os personagens masculinos são geralmente revestidos de maior importância por sua condição de heróis, por serem incluídos no título da história ou, ainda, por possuírem uma individualidade, atestada pela posse de um nome. Também são masculinos os personagens que ocupam as melhores posições na hierarquia ocupacional, desempenhando ocupações valorizadas social e economicamente.

Quando o estudo engloba as análises dos comportamentos dos personagens, nota-se que a mulher é quase que unicamente vista através de seus componentes expressivos: o cuidado com o outro (marido e filhos), a vida doméstica, seu físico. Ao homem são reservadas as funções instrumentais; o trabalho, o ensino, a busca e a curiosidade. Ela fica circunscrita às quatro paredes do lar; ele, irradiante, no mundo.

O contra-ataque das feministas

Pouco a pouco, ao lado da crítica, foram surgindo também contra-modelos de

literatura não-sexista, sob diversas formas: guias para a produção de livros, listas de livros recomendáveis, recuperação de contos folclóricos com modelos femininos mais vigorosos e adaptação de histórias tradicionais alterando traços de personalidade de heróis e heroínas que não mais se casam e nem têm muitos filhos. Surgiram também outros textos sobre novos heróis e heroínas, sob inspiração feminista.

No entanto, inicialmente a produção alternativa de textos para crianças e jovens revestiu-se de componentes grotescamente canhestros. O personagem feminino aparece, então, como um rolo-compressor, agressivo, hiper-crítico, competidor — correspondendo, sem dúvida, à imagem crítica primária contra a feminista.

Outras vezes, a incorporação da crítica à produção anterior é mais epidermica, fazendo irromper ora e vez, fora do tempo e do espaço, um discurso (no seu uso antigo) "igualitário", geralmente para conferir à mulher o direito ao trabalho profissional.

rativas tradicionais, a incorporação mecânica do inverso dos estereótipos denunciados pelos estudos empíricos. O resultado é um só: livros panfletários, dogmáticos, que não divergem em sua armadura das produções mais tradicionais.

Desse modo, esses livros aceitam, integram e reproduzem o modo usual de discriminação contra a criança — eterno aprendiz de viver, ser educável por excelência, esponja das novas experiências adultas.

Outra visão do mundo

Mas, na verdade, o que se gostaria de ter é uma outra visão do mundo, não apenas apregoada, mas também agida, desbaratando, pelo menos ao nível do simbólico, as relações habituais de dominação e subordinação. No caso específico da literatura infanto-juvenil, essa nova relação adulto/criança deveria levar, simultaneamente, à eliminação do tom didático e à busca de formas de expressão igualitárias.



Ilustração: "Papel Mensual", março 79, p. 4

Uma nova discriminação: contra a criança

O desalento progride, porém, quando se analisam certos livros de editoras feministas, principalmente francesas, norte-americanas e italianas. Na maioria das vezes, o que se nota é esquecimento de que, quando se fala em sexismo na literatura infanto-juvenil, enfrentamos pelo menos duas formas de discriminação: contra a mulher e contra a criança. Ora, o que ocorre em muitos textos de literatura infanto-juvenil produzidos por editoras feministas é que o foco de análise vem incidindo apenas sobre uma faceta — a mulher — obscurecendo e consequentemente discriminando outros grupos, no caso a criança.

Daí o desalento: o resultado é uma construção em torno de algumas teses feministas até certo ponto igualitárias e anti-discriminatórias, mas que não atinge a totalidade do ato criador. Percebe-se apenas uma tentativa de ajustamento entre o novo e o velho, a transposição pura e simples de um anti-modelo de homem e de mulher às estruturas nar-

Nos livros em que essa abertura ocorre, percebe-se o aparecimento de uma literatura do outro, arrebatadora pela ruptura que propõe. Um exemplo aqui se impõe: os livros de Lygia Bojunga Nunes, cuja consciência da relação entre oprimido e opressor extrapola, de muito, a condição feminina, estendendo-a para o ser criança, o ser marginal, o ser fisicamente fraco. É a literatura do outro — nós, do que foi deixado atrás do espelho. (Ver resenha de um de seus livros, "A bolsa amarela", na página 21).

Fúlvia Rosemberg

Os surdos falam às mudas



Desde seu lançamento há seis meses, *Man Made Language* ("O homem faz a linguagem") está na lista dos livros mais vendidos em Londres. E ainda por muitos meses a autora, Dale Spender, vai ser o maior acontecimento editorial do movimento feminista inglês, pois lançará mais três livros até o fim do ano.

Nossa correspondente em Londres, Fátima Jordão, disse a Dale que pretendia escrever seu livro para *Mulherio*, e imediatamente ela propôs uma conversa mais longa em seu minúsculo escritório da Universidade.

Dale Spender é australiana, 36 anos, chegou à Inglaterra em 1976. Dois anos depois, lançou uma das primeiras revistas acadêmicas de estudos femininos ("Women's Studies International Quarterly", pela Pergamon Press), da qual ainda é editora. É professora do Instituto de Educação da Universidade de Londres, onde também coordena um centro de estudos de educação feminina.

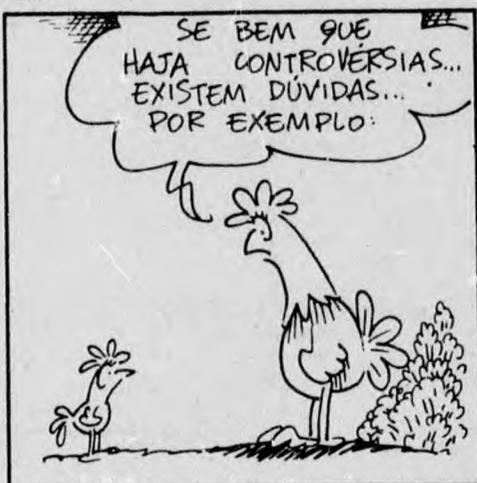
"Man Made Language" não foi considerado prioritário pela editora e ficou mais de um ano na fila de espera. O sucesso que se seguiu ao lançamento foi uma verdadeira surpresa, mesmo para a autora. No entanto, o livro tem todos os componentes de êxito de livraria: linguagem engajada, fluida, estimulante e com uma simplicidade não muito comum nos autores que escrevem sobre lingüística.

Dale Spender argumenta dentro de uma trincheira feminista: "A linguagem não é neutra, é mais um dos elementos culturais que afirmam, reproduzem e reforçam a assimetria da sociedade dominada por homens". Na língua inglesa, como na sociedade, a ordem é patriarcal e, segundo ela, a norma gramatical é o masculino.

Ela chama de degradação semântica do feminino o fenômeno das muitas palavras que, quando associadas a esse gênero, sofrem um processo de aviltamento de sentido. E exemplifica: **master** (mestre) mantém no masculino o significado original, mas **mistress** (mestra) adquiriu sentido pejorativo (amante). **Whore** foi palavra de designação de amante dos dois sexos, hoje é prostituta.

A "regra" se repete para a definição de profissões: em inglês, as profissões de prestígio não têm a forma feminina. Assim, doutora é **lady doctor** e advogada é **woman lawyer**. Mesmo a inviolável monarquia não escapou: **queen** (rainha) é também homem homossexual.

A autora discute também a designação de nomes, lembrando que desde a Bíblia a mulher é discriminada, pois não existe a palavra deusa em hebreu — um determinismo lingüístico que segregou o gênero feminino do âmbito da divindade nas sucessivas edições do livro sagrado. Um processo similar se repete no registro da história: os feitos



femininos são omitidos nas narrativas dos historiadores.

E até na literatura o processo se repete: para poder publicar seus livros, muitas autoras tiveram que adotar pseudônimos masculinos, como Marian Evans/George Eliot e Charlotte Brontë/Currell Bell, entre muitas outras.

Os homens falam mais

Invisível na história, travestida na literatura, qual é hoje a situação da mulher no uso cotidiano da linguagem? Nesta área Dale Spender usa sua própria pesquisa, baseada em anos de observação e gravação de conversas entre os dois sexos. A conclusão é firme: o homem fala duas vezes mais que a mulher, interrompe mais, escolhe com mais frequência os tópicos da conversa, desqualifica os argumentos de maneira mais arbitrária. A imagem tradicional da mulher "que fala pelos cotovelos" é, portanto, um mito. O que sustenta esse mito, diz ela, é que a comparação não se dá em relação à quantidade de conversa do homem, mas sim em relação ao silêncio — condição desejada culturalmente para a mulher.

Dale Spender diz que a maioria dos estudos de linguagem e sexo parte de premissas sexistas que pressupõem que haja algo de "errado" com a fala feminina: trivialidade de



conteúdo, uso de diminutivos, hesitação, ausência de inovação, etc. Da análise, a autora passa rápido ao ataque: "Se há algo de errado, não é com a fala da mulher, e sim com o sistema que a oprime e usa a linguagem como instrumento de repressão"

Nas próximas semanas, mais um livro seu vai para as livrarias. Trata-se de uma pesquisa em salas de aula de nível secundário com alunos e professores, mostrando que os mestres dedicam mais tempo aos meninos, citam antes seus nomes e conhecem mais detalhes pessoais deles do que das meninas.

Mais grave: têm atitudes mais favoráveis aos alunos do sexo masculino e tendem a dar notas mais altas para esse grupo. Esse último aspecto foi objeto de um teste: a autora utilizou um texto redacional único, aplicando ora nome de menino, ora nome de menina. A redação recebeu notas mais favoráveis quando o autor era identificado como menino.

Até o final do ano, Dale Spender pretende lançar dois outros livros. Um se propõe a discutir o impacto do movimento feminista em 15 disciplinas acadêmicas e o outro é um levantamento histórico e analítico do pensamento feminista inglês desde o século passado.

A fantástica produção editorial de Dale Spender coincide com uma atividade muito grande das editoras na área feminista. O que, ao final de nossa conversa, não deixa a autora sem um comentário irônico: "Quando os negócios vão bem para nós, mulheres, os homens chamam de recessão..."

Fátima Jordão

Um congresso saudável

Num clima de absoluta informalidade e respeito mútuo, mulheres de vários países se reuniram em Genebra, em junho, para debater temas ligados à saúde, como aborto, controle de natalidade e sexualidade.

Muitas mulheres no mundo todo estão insatisfeitas com os serviços de saúde que lhes são prestados. As queixas são muitas e variadas. No Brasil, a maioria das mulheres da zona rural e das periferias humanas não contam nem com a mínima atenção pré-natal. E mesmo as privilegiadas, que podem pagar consultas particulares, também enfrentam problemas graves: são frequentes as operações desnecessárias, os tratamentos dispendiosos que nada resolvem, causando novas dificuldades.

Há problemas gerais que afetam, ainda que de formas distintas, mulheres de todas as classes: a falta de anti-concepcionais seguros e sem efeitos danosos à saúde, a ilegalização do aborto, a esterilização forçada, a violência dentro e fora da família, a falta de atenção aos problemas de saúde causados pelos trabalhos que as mulheres executam, especialmente o trabalho doméstico, o recurso aos tranqüilizantes e outras drogas para apagar inquietações causadas por situações de vida desumanas, a patologização de fatos normais da vida, como a gravidez, o parto, a amamentação, a menopausa, etc.

Além disso, na relação médico-paciente prevalece o autoritarismo: são raros os médicos que levam suas clientes a sério e que se preocupam em fornecer-lhes as informações necessárias para que possam participar nas decisões que afetam suas próprias vidas.

A preocupação com a política de saúde assumiu um papel importante no movimento feminista hoje, talvez constituindo seu setor mais dinâmico, especialmente nos países industrializados. Duas estratégias complementares têm sido adotadas: de um lado a conscientização e a mobilização a fim de exigir que o sistema de saúde existente atenda às necessidades das mulheres; de outro, a criação de serviços alternativos, baseados no princípio da "auto-ajuda", que visa "desmedicalizar a prevenção e a doença, colocando-as nas mãos das mulheres, a fim de que possam

gerir elas mesmas sua saúde e seus corpos e não se submetem mais corpo e alma aos caprichos dos médicos".

Grupos representativos dessas duas estratégias reuniram-se em Genebra no III Encontro Internacional sobre Mulher e Saúde, entre os dias 6 a 8 de junho. Organizado pelo Dispensário de Mulheres de Genebra e pelo ISIS (Serviço Internacional de Informação e Comunicação de Mulheres), o encontro reuniu 500 mulheres de 40 países. Com pequenas verbas de várias fontes, inclusive da Organização Mundial de Saúde, as organizadoras puderam convidar 22 mulheres da América Latina, da Ásia e da África. Do Brasil, foram convidadas Marina Rea, médica que realiza uma pesquisa sobre amamentação numa comunidade da periferia de São Paulo; Maria José de Lima, enfermeira que participa do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e eu que, juntamente com Cristina Bruschini, realizo, na Fundação Carlos Chagas, pesquisa sobre educação sexual.

Após uma reunião plenária, em que cada país teve oportunidade de fazer uma breve apresentação, dividimo-nos em grupos para debates de temas que haviam sido previamente sugeridos pelas participantes por carta. No primeiro dia pudemos escolher entre cinco grupos: aborto, política de auto-ajuda, papel das mulheres paramédicas, saúde, pobreza e racismo, controle da natalidade e imperialismo.

Escolhi este último. Neste, como nos demais grupos de que participei no dia seguinte (sexualidade e política de pesquisa sobre reprodução humana) o que me impressionou foi a total ausência de atitudes e procedimentos autoritários e manipulativos. Num clima de informalidade e respeito mútuo, as pessoas expressavam suas opiniões com a humildade de quem sabe que a sua não é a única experiência válida, o que possibilitou o diálogo entre os diferentes pontos de vista. Nada lembrava a arrogância do especialista revelan-

do a verdade nos congressos acadêmicos, ou a agressividade do militante defendendo a "linha justa" nos congressos políticos. Usando dos recursos de conhecimento que a pesquisa acadêmica permite e questionando radicalmente a política do status quo, as mulheres estão criando na prática uma nova forma de fazer política.

Na discussão sobre controle da natalidade, chegou-se rapidamente a um consenso que a luta da mulher é anti-imperialista, anti-racista e anti-sociedade de classe. Várias denúncias gravíssimas foram apresentadas. Uma mulher de Porto Rico relatou que 1/3 das mulheres férteis de seu país foram esterilizadas, a maioria delas forçadas a "optar livremente" pela ligadura em função da falta de alternativas tanto no sentido de poder criar maior número de filhos quanto no sentido de poder evitar uma gravidez indesejada ou de abortar.

A mesma falta de alternativas foi apontada por uma mulher da Índia, em relação à Depo-provera, uma injeção anti-concepcional que pode apresentar sérios efeitos colaterais, mas que é procurada por inúmeras mulheres, por ser o único método que podem usar sem o conhecimento de seus maridos e parentes. Uma questão que gerou muito debate foi a de se os grupos feministas do chamado Terceiro Mundo deveriam ou não aceitar financiamento das organizações "controlistas".

Opressão sexual

Na discussão sobre sexualidade, várias mulheres fizeram relatos pessoais sobre as diferentes formas de opressão que haviam sofrido, desde a justiça americana que, quando menstruada, não podia se sentar à mesa de refeições com a família, até a dinamarquesa que se sentia compelida a fazer sexo em circunstâncias que não eram de sua escolha, porque "a revolução sexual" não alterou a relação de poder entre os sexos.

No grupo que discutiu a política de pesquisa sobre a reprodução humana, constatou-se a carência de informações das mulheres a respeito das pesquisas que estão sendo realizadas e, principalmente, dos processos decisórios que determinam a alocação de recursos para certo tipo de pesquisa e não outro. Por esses motivos, foi proposta a criação de um grupo internacional com dois objetivos complementares: a elaboração de um Código de Ética de pesquisa sobre reprodução (a exemplo do código de comercialização do leite em pó, recentemente aprovado pela OMS) e a pressão sobre os órgãos decisórios para que ouçam as reivindicações das mulheres ao estabelecer critérios de financiamento.

Na plenária final, foram aprovadas algumas moções, como a de vigiar o cumprimento do código do leite em pó pelas multinacionais do setor e a de lutar pelo aborto livre e gratuito em todos os países. Também foi aprovado um protesto contra a censura ao programa da Marta Suplicy.

As pessoas que tinham expectativas de um congresso mais formal, segundo os modelos dos congressos acadêmicos ou políticos, ficaram decepcionadas com a não-diretividade e a conseqüente falta de "Grandes Resoluções Gerais". Eu, pessoalmente, achei que só um congresso assim pode ser coerente não apenas com os princípios feministas, mas também com o objetivo de melhorar a saúde das mulheres, não contribuindo, o próprio congresso, para aumentar suas neuroses.

Carmen Barroso



Um debate aberto, sem atitudes autoritárias

Amamentar:

Uma imagem colorida: em ambiente de requintado bom-gosto, a mãe amamenta seu bebê. Uma voz recomenda: "Amamentar é dar carinho e proteção a seu filho".

Uma jovem mulher sai alegremente de casa. Rápida seqüência no ambiente de trabalho. Ainda alegremente, está de volta à casa. A mesma voz (masculina) de novo recomenda: "Enquanto estava no trabalho você não podia amamentar, mas agora que está em casa, não se esqueça... amamentar é dar carinho e proteção a seu filho".

Veiculados por todo o País, esses anúncios são parte de uma Campanha Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno patrocinada pela Unicef — Fundo das Nações Unidas para a Infância — e por órgãos governamentais. Encenados por pessoas bonitas e saudáveis em ambientes confortáveis, destinam-se principalmente às mães da população carente. Ingenuidade ou má fé?

A lei que obriga todas as empresas (com mais de 30 trabalhadores com idade acima de 16 anos) a manterem creches (para bebês de 0 a 6 meses) e dá à mulher duas meias horas diárias para amamentar seu filho nem sequer é lembrada. Muito pelo contrário; a mulher é considerada a única responsável pela amamentação. Seu (nosso) abandono nos infinitos cuidados com as crianças, as barreiras sociais, carente alimentar e falta de saúde, nada disso está refletido naquelas imagens coloridas — daí não nos reconhecemos nelas. Resta saber como nos desvincularmos da culpa que elas, tão sedutoramente, nos oferecem.

Tudo indica que o verdadeiro responsável por esse tipo de anúncio é o enraizado hábito do autoritarismo. Quando as principais interessadas no assunto foram ouvidas, numa pesquisa realizada entre as mulheres pobres do Recife e de São Paulo, ficou claro o equívoco. O representante da Unicef na Comissão Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, Gerson da Cunha, viu-se obrigado a declarar: "Uma campanha de estímulo ao aleitamento materno que deixa com sentimento de culpa as mães que estão impossibilitadas de amamentar é um verdadeiro desastre".

O representante da Unicef reconheceu o absurdo de uma campanha que responsabiliza exclusivamente as mulheres pela amamentação das crianças: "Ao invés de dizermos amamente o seu filho, devemos falar que quando uma mulher tem um filho, você também tem um filho, é a comunidade que ganhou um filho". É preciso que nos perguntemos por que as mulheres deixaram de amamentar seus bebês, disse ele ainda. Porque as mães, "curiosamente, sabem com certeza que o leite humano é muito melhor para as crianças que o de lata, artificial".

Na verdade, nem sempre essa consciência esteve presente. Por volta da década de 50, a mamadeira virou moda. Leites em pó adequados a cada tipo de bebê passaram a figurar em inúmeros anúncios e nas receitas dos pediatras. E o pó milagroso começou a ser distribuído de graça às mães carentes, principalmente nos países pobres.

No início da década de 60, surge na Inglaterra a primeira reação a esse estado de coisas: um livro que denuncia a Nestlé como "matadora de bebês". Os primeiros grupos ativistas começam a se formar nos Estados Unidos e em vários países europeus, provando que as crianças alimentadas com mamadeiras morriam mais. Os grupos se espalharam rapidamente e formaram uma Rede Internacional de Ação sobre Alimentos Infantis.

Como resultado do lento trabalho de pressão desses grupos, no final de maio foi aprovado em Genebra, na Suíça, um Código de Ética sobre o assunto, numa reunião da Organização Mundial de Saúde (118 países votaram a favor, um contra, os



Ilustração e foto Yolanda Husak

Estados Unidos, e houve três abstenções — da Argentina, do Japão e da Coreia do Sul).

O código é uma recomendação, e não um regulamento. Ou seja, não é obrigatório. Recomenda a proibição da propaganda comercial do leite em pó; a indicação, no rótulo dos produtos, de que a amamentação materna é superior; a advertência sobre os riscos para saúde do bebê no caso da preparação inadequada do produto; proíbe a distribuição de amostras grátis; e elimina o pagamento de bonificação pela venda dos substitutivos do leite materno. Já é alguma coisa.

Aproveitando a votação do Código, a Rede Internacional de Ação sobre Alimentos Infantis realizou seu 1º Congresso, também em Genebra. O objetivo era comemorar a vitória e a entrada "numa nova fase de luta para prevenir a chamada doença da mamadeira, através do controle da propaganda de leites artificiais para bebês", como diz a médica paulista Marina Rea, presente à reunião.

Marina, que participa da Comissão de Aleitamento da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, afirma que agora é importante vigiar "as atividades das indústrias de alimento infantil, sua penetração no sistema de saúde e nas compras governamentais de alimentos". Diz também que é necessário mudar a rotina dos hospitais e postos de saúde para que a mulher encontre acolhida à amamentação. E ressalta o papel que os grupos organizados de mulheres poderão ter nessas mudanças, apresentando propostas concretas.

"A gente sabe que a indústria de leite artificial vai tentar sabotar o Código", prevê Marina, "com uma generosa distribuição de presentes aos profissionais de saúde". (Seu próprio caso pessoal ilustra bem o problema. Há alguns anos, de volta da licença-maternidade para o emprego num posto de saúde, a angústia pela separação do filho e o conflito entre as necessidades de trabalho e o envolvimento com a criança cresciam juntamente com a pilha de leite em pó fornecidas gratuitamente. Não deu outra: cedendo às pressões, abandonou a amamentação natural e adotou a mamadeira.)

um gesto que não depende só da vontade materna

**Os anúncios
institucionais da
televisão repetem:
"mãe, amamente
seu filho".**

**Mas já está na hora
de dizerem que
"a comunidade ganhou
um filho".**

**E todos, portanto,
devem assumir
os encargos
necessários
para que os bebês
possam ser
alimentados
por suas mães,**

Essa "política de sedução" das indústrias está presente também em outros campos. São essas indústrias, por exemplo, as grandes patrocinadoras dos congressos de pediatria. E se reflete no currículo das faculdades de medicina: em muitas delas, há quatro aulas de alimentação artificial para uma aula de aleitamento materno.

Mas isso tende a mudar. Em São Paulo, o Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno, da Secretaria de Saúde, já tem dois anos de vida. E pretende agora atuar justamente no ponto apontado pelo representante da Unicef: fazer com que a comunidade assuma a necessidade que os bebês têm de serem alimentados por suas mães. Nessa linha, quer pressionar as empresas (estatais e particulares) para que cumpram a lei de creche e ampliar o período da licença-maternidade. O coordenador do Programa, dr. Vicente Monetti informou que em julho, em Brasília, os Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho estarão reunidos discutindo o seguinte projeto: passados os três meses de licença, a mulher poderá ficar mais 12 semanas em casa, recebendo a metade do salário. Esse prazo pode ainda ser dilatado por mais 12 semanas, dessa vez sem salário, mas com a garantia do emprego.

Talvez seja hora de influir. Entrar em cena e lutar por um bom papel na novela. Vigiar a implantação do código de leite em pó, incrementar a luta por creches, tentar ampliar a consciência de que a comunidade toda tem que assumir a criação de seus filhos. E — por que não? — propor uma licença-paternidade que seja não só de um dia, como é agora, insuficiente até mes no para as providências do nascimento.

Finalmente, tentar corrigir a miopia institucional que cria e veicula aquilo que pretende seja a nossa imagem. Agora em julho começa de novo, e vai intermitentemente até o final do próximo ano, nova campanha publicitária pelo rádio e tvê. No ar, nossa imagem colorida de mãe. Vamos ficar de olho para ver se cola com nossa realidade de mulher.

Inês Castilho

mulheres em ação



"As mulheres brasileiras sempre tomaram posições mesmo nas épocas mais difíceis. Talvez não aos milhares, aos milhões, porque isso não existe em nenhum processo histórico, mas sempre apareceram aquelas mulheres que a gente pode chamar de vanguarda, as mais avançadas, que tinham coragem de começar a fazer as coisas e que se incorporaram ao processo social da época."

As mulheres da União Feminina

Para demonstrar essa afirmação, que permeou todo seu depoimento, Clara Charf começou relatando a formação da União Feminina, entidade que se uniu à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de luta contra o integralismo e o nazismo no Brasil de 1934, e que, como a ANL, sofreu os rigores da repressão a partir de 1935.

Entre as "combativas e corajosas mulheres da União", destacou quatro: Rosa Meirelles, a gaúcha Eugênia Alvaro Moreira, Eneida (jornalista e escritora paraense perseguida e presa em consequência do movimento) e Olga Benário (cidadã alemã, esposa de Luis Carlos Prestes, presa e deportada para a Alemanha, onde morreu assassinada num campo de concentração).

A partir de 1935, a principal forma de participação das associações femininas foi o socorro vermelho, intenso trabalho de solidariedade prestado às mulheres que tiveram seus familiares presos ou perseguidos.

Dos comitês de anistia aos comitês democráticos

No início da década de 40, as mulheres tiveram uma participação majoritária no movimento pró-anistia. E muitas aderiram ao movimento de apoio aos pracinhas da FEB. "As mulheres também se apresentaram para lutar e do Batalhão Feminino faziam parte psicólogas famosas, como Noemir Silveira e Regina Schneiderman. Faziam treinamento, pensando em ir para a frente de batalha, mas como não houve necessidade elas se incorporaram ao movimento que mais tarde se chamou Movimento pela Democracia".

Esse movimento recebeu uma adesão massiva de mulheres a partir de 1945, através dos comitês democráticos, que eram uma transformação dos comitês de anistia. "Esses comitês democráticos foram os embriões das primeiras uniões e associações femininas que surgiram em 1946". Ainda nesse ano, Alice Tibiriçá, do Instituto Carlos Chagas, do Rio, lutou para a reunião de todas as associações num organismo chamado Instituto Feminino do Serviço Construtivo.

Em 1947, refletindo a ampliação dos grupos, foi criado o jornal **Momento Feminino**. "Era um jornal de esquerda, representava a opinião de todos os grupos que tinham uma linha progressista. Quase todas as jornalistas que existiam na época colaboraram com ele. O jornal tratava de expressar o sentimento das mulheres do Brasil inteiro, e teve um papel importante na unificação do movimento."

Os programas das associações femininas variavam de acordo com a região, mas "todas eram de oposição, todas eram pela mudança das condições de vida da população em geral e, de uma maneira ou outra, todas tinham uma participação po-

lítica". Existiram associações no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, no Espírito Santo, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Minas, em Sergipe.

Ainda no período imediatamente após o final da guerra mundial, uma certa abertura política permitia o funcionamento dos partidos e muitas mulheres foram eleitas, entre elas Adalgisa Cavalcanti, mulher de um ferroviário, eleita deputada por Pernambuco; Celina Mochel, maranhense, eleita vereadora no Rio de Janeiro; e Teresa Belgá, prefeita de São Caetano.

Luta contra a carestia versus repressão

Um vigoroso relato da atuação dos comitês democráticos numa cidade, Santos.

MEMÓRIA

Começar a recuperar a memória do movimento de mulheres no Brasil, totalmente ignorado pela história oficial e desconhecido pelas militantes de hoje — esse foi o principal objetivo de vários grupos feministas de São Paulo ao promover, em maio, um debate com Clara Charf, Vanda Frati e Suzana Sampaio. Reproduzimos aqui trechos do debate, com base na extensa exposição de Clara e numa intervenção de Vanda, indicada no texto.

ficou a cargo de Vanda Frati. Neles lutava-se pela melhoria do bairro, por creches, por postos de saúde, pela alfabetização de adultos e pela paridade de salários entre homens e mulheres.

Com o final da guerra mundial, os ali-

mentos foram racionados e tiveram seus preços muito elevados. As mulheres desenvolveram, então, um movimento contra a carestia em várias cidades, como Santos, Santo André, Sorocaba, São Bernardo, São Caetano e São Paulo.

No ano de 1950, sob dura repressão, as mulheres fizeram uma passeata, com faixas e cartazes, contra a carestia. Em frente à Câmara Municipal de Santos ocorreu um choque com a polícia e os comerciantes começaram a fechar as lojas com medo de que a gente quebrasse tudo. Os comerciantes e os trabalhadores, quando viram aquelas mulheres naquela luta toda com os policiais, corpo a corpo, começaram a formar um cerco para defendê-las. Os vereadores que estavam na Câmara lançaram um protesto contra a arbitrariedade da polícia e isso saiu na manchete de todos os jornais de Santos."

A resistência na Federação

Falando sobre o mesmo período, o final da década de 40, Clara Charf relatou que em 1948, com o fechamento do Partido Comunista e a perseguição ao Partido Socialista, muitas militantes foram presas, perseguidas ou caíram na clandestinidade, "mas movimento geral das mulheres se manteve estável."

"Com os partidos fechados, as mulheres passaram a trabalhar mais intensamente nas uniões e associações femininas" e o desejo de reunir essas entidades teve "a influência da existência da Federação Democrática Internacional de Mulheres, com predominância do movimento comunista e forte presença de mulheres anti-fascistas saídas dos campos de concentração".

Formou-se então o Comitê de Organização das Entidades Femininas no Brasil e a presidente eleita foi Alice Tibiriçá. Em 1949, o Comitê convocou representantes de organizações femininas de 11 Estados e se instituiu a Federação de Mulheres do Brasil. Em 1950, reunido no Ibirapuera, o Conselho de Representantes da Federação aprovou a Declaração dos Direitos da Mulher, anteriormente aprovada numa reunião em Copenhague.

Em 1955, com a posse de Juscelino, apesar do clima de relativa liberdade, várias associações foram fechadas. No mesmo ano de sua posse, por exemplo, "foi fechada a Associação Feminina do Estado da Guanabara. Quando essas associações tomavam posições que os governantes achavam que estavam avançando demais em relação aos problemas do governo, eles perseguiam e fechavam". A Federação também foi fechada, por um período inicial de seis meses, e depois voltou a funcionar.

Nessa época, o movimento sofreu "um período de descenso muito grande e sua reativação "deveu-se à participação de uma delegação brasileira na Conferência de Mulheres Latino-americanas, realizada no Chile, da qual participou a primeira delegação cubana revolucionária".

De volta ao Rio, as brasileiras montaram a Liga Feminina do Estado da Guanabara que, na opinião de Clara, foi "a mais combativa e mais atuante das entidades de mulheres de todo o Brasil. Da diretoria participavam intelectuais e trabalhadoras, operárias metalúrgicas e têxteis e se fez um grande trabalho, principalmente de agitação. Foi a primeira organização que fez, ao lutar contra a carestia, a luta profunda: mostrou as causas da carestia, denunciou a ação das multinacionais". Essa Liga, assim como a Federação e as várias associações, foram definitivamente fechadas em 1964 e a maioria de suas participantes processadas e presas.

pesquisa



Mostra de filmes na SBPC

O filme, como outras formas de manifestações artísticas, é um veículo privilegiado para mobilizar opiniões e suscitar debates sobre temas de interesse científico. Sem se submeter, necessariamente, aos cânones impostos pela "verdade" científica, o cinema documental ou ficcional pode ser, muitas vezes, um retrato mais vivo da realidade, provocando reações que levam as pessoas a repensarem seus conceitos sobre o mundo.

Assim, por que não incluir o filme dentro da programação científica da reunião anual da SBPC? Este ano, para a reunião de Salvador, os professores Eda Tassara e Sérgio Ferreira programaram uma série de mostras de curta-metragens, em apresentações diárias, das 12,30 às 15 horas, sobre temas como posse de terra, problema da ciência, identidade cultural e ecologia.

No dia 13, haverá uma projeção de filmes sobre mulher, na seguinte seqüência: "Menino ou menina", de Eliane Bandeira e Marília de Andrade; "A menina e a casa da menina", de Maria Helena Saldanha; "Paixão Maria", de Reinaldo Volpato; "A Beladormecida — entrada numa só — sombra", de Marcelo Tassara; "Balzaquianas", de Eliane Bandeira e Marília de Andrade; e "Gilda", de Augusto Sevã.

No dia 14, na mostra sobre identidade cultural, dois filmes também abordam a questão feminina: "Iaô", de Maureen Bisilliat; e "Nossa vida, nossa luta", de Suzana Amaral. E mais: no dia 11, haverá uma projeção especial, em pré-estrela, do longa-metragem "Xingu Terra", de Maureen Bisilliat, sobre o ritual yamaricumã, durante o qual as mulheres assumem o lugar dos homens.



Convênio entre o IBGE e a Unicef

O IBGE acumula hoje um acervo bastante razoável de informações demográficas, sócio-econômicas e nutricionais sobre a população brasileira. Muito raramente, entretanto, este acervo de informações oficiais é coletado ou organizado metodologicamente de forma a permitir diagnósticos adequados relativos a mães, crianças e, por extensão, mulheres, jovens e grupos familiares.

Nesse sentido, é de maior importância o recente programa de colaboração entre a Unicef e o IBGE (Delimitação do perfil de mães e crianças nas estatísticas oficiais) com o objetivo de estimular a produção contínua de indicadores sociais adequados e a elaboração de análise sobre eles, tendo exatamente como unidades de análise os grupos acima referidos.

Como parte deste programa, realizou-se no início de junho deste ano a primeira reunião técnica entre IBGE, Unicef, instituições de planejamento e pesquisa e pesquisadores, com a finalidade de estudar exaustivamente o Censo de 1980 visando a formulação de proposta em termos de seleção e cruzamento de variáveis a serem incluídos no "Perfil Estatístico de crianças e mães (1980) - Brasil e Regiões" e sugerir novas formas de coleta nas futuras PNADs. Esta reunião contou com a presença expressiva de pesquisadores e planejadores que vêm trabalhando nas áreas de demografia, renda, mão-de-obra, educação e família com diferentes referências teóricas e metodológicas em distintas composições institucionais do país.

O resultado foi, sem dúvida, dos mais estimulantes. Com relação ao tema trabalho e renda, foi praticamente consenso a total inadequação do conceito de PEA para detectar tendências do emprego feminino. Alertou-se também para os perigos das comparações freqüentes entre Censos Demográficos e PNADs, ou mesmo entre determinadas PNADs (76 e 78 por exemplo) sempre com relação ao emprego de mulheres, menores e renda. (Felicia Madeira)

Novo núcleo de estudos no Rio

Foi criado em junho, no Rio, o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), junto ao Departamento de Sociologia e Política da PUC/RJ. Seus objetivos: desenvolver atividades de ensino e pesquisa, organizar um centro de documentação e criar um programa de publicações em torno do tema "mulher".

Por delegação da Divisão de Direitos Humanos da Unesco, o NEM já está organizando um Seminário Regional Latino-Americano para discutir programas de estudos sobre a mulher, a ser realizado de 22 e 23 de setembro no Rio.

A Unesco definiu o encontro como uma "reunião de experts" e propôs a discussão dos seguintes temas: 1) Estado atual do ensino e pesquisa sobre mulher na América Latina; 2) Metodologia e especificidade de estudo e de investigação sobre a mulher na América Latina; 3) Estruturação e implementação de programas de estudos sobre a mulher; e 4) Criação de uma associação regional de programas de estudos sobre a mulher.

Para maiores informações, procure Fanny Tabak, coordenadora do NEM, nos telefones 274-9922 ou 521-4201, no Rio.

Costa Rica promove seminário

A Escola de Trabalho Social da Universidade de Costa Rica está convocando investigadores, membros de organizações de mulheres e representantes de projetos de ação para a mulher, para o I Seminário Latino-americano de Pesquisa sobre a Mulher, que será realizado em São José da Costa Rica em novembro deste ano. São estes os temas do encontro: "Mulher latino-americana, família e relações de produção", "A mulher latino-americana e a dominação ideológica", "O papel do Estado e as organizações não governamentais na abordagem da problemática da mulher latino-americana" e "A participação em organizações sociais e políticas". Quem quiser apresentar trabalhos ou participar do seminário deve escrever para "Primer Seminario Latino-americano sobre la Mujer", c/o Lic. Laura Guzmán S., Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, Costa Rica.

Aberto concurso sobre população

ABEP - A Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) está promovendo o III Concurso para Bolsas de Pesquisa sobre Assuntos Populacionais, com apoio financeiro da FINEP e da Fundação Ford. As dotações máximas serão de 750 mil cruzeiros para projetos da categoria "profissional" e de 450 mil cruzeiros para a de "mestrado". As propostas deverão ser enviadas para a ABEP (rua Curitiba, 832, 9º andar, CEP 30.000, Belo Horizonte, MG), até o dia 15 de agosto, no máximo.

Curso de educação sexual

A Associação Brasileira de Educação Sexual (Edusex) promoverá um curso de férias, de 6 a 24 de julho, com os conferencistas Maria Helena Matarazzo, sexóloga, e Rafael Mazin, professor mexicano, médico e sexólogo. O curso abordará aspectos biológicos, psico-sociais e éticos da sexualidade humana, e está aberto a todos os interessados. Maiores informações pelo telefone 852-2258, em São Paulo.

Pesquisas em andamento

Recebemos cartas de várias pessoas informando sobre a realização de pesquisas relacionadas à mulher, nos mais variados campos. Para facilitar o intercâmbio entre pesquisadores, divulgaremos a relação desses estudos:

— Maria José Pachu, da PUC-RS, tese de mestrado sobre "Auto-estima e condições sociais das prostitutas de Porto Alegre".

— Sílvia Maria dos Reis Maia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, tese sobre "Os mecanismos de sobrevivência da mulher lavradora em Sapeçu, Rocôncavo Baiano".

— Ingrid Stein, tese de doutoramento sobre "As figuras femininas nos romances de Machado de Assis", como bolsista na República Federal da Alemanha.

Eram todos maridos generosos:

— Ah, eu dou liberdade à minha mulher!

— Eu deixo a minha trabalhar!

Mentalidades arejadas, benditas suas, alminhas.

— Eu não me oponho a que ela saia sozinha para fazer suas compras, ver a família, visitar uma amiga.

Assim, de coração aberto e espírito confiante, sem ciuquinho? Sem ciuquinho, numa boa. Ciumento nenhum deles era. Bem, naturalmente a tolerância tem limites, ninguém gosta de fazer papel de bobo.

E o que é fazer papel de bobo? Ora, é deixar a mulher exagerar nas roupas, na maquiagem, nos modos, chamar a atenção, atrair o olhar dos outros homens. Nada a ver com ciúme: é simples questão de amor-próprio, dignidade:

— Compreende, a gente tem de zelar pelo que é seu.

Compreendo muito bem. Eu também zelo. Não quis largar minha bolsa no vestiário, preferi guardá-la comigo: seguro morreu de velho e hoje em dia todo cuidado é pouco. Só que...

Só que minha bolsa é coisa — couro, forro, metal, zíper — coisa comprada em balcão de loja para conter coisas: documentos, dinheiro, lenço, batom, a paraferrália habitual. Já mulher não é coisa, é gente. E gente é consciência. E consciência é como uma flecha disparada para o alto, um impulso em direção à liberdade, à transcendência.

Mais ainda: o trabalho, a mobilidade, o ir-e-vir não são concessões de bom-mocismo conjugal, são direitos que a Constituição outorga a todo brasileiro maior de idade e em gozo de suas faculdades mentais. Ninguém tem nada que deixar ou não deixar trabalhar, deixar ou não deixar sair. Tutelar a mulher, mesmo com o ânimo mais aberto e concessivo, equivale a tratá-la como se fosse criança ou débil mental.

Liberdade é uma conquista pessoal. Como o sol que aquecia o tonel de Diógenes: pode-se tirá-la, mas não se pode dá-la. Acredito que, em teoria, todos aqueles gentis cavalheiros estariam de acordo. Na



Pequenos e grandes assassinos

prática, porém, continuam julgando-se donos de cada pinga de "liberdade" que oferecem à mulher.

O pior é que muitíssimas delas não percebem essa situação. Outras percebem mas, por submissão e comodismo, deixam correr o barco: "Não queremos comprar mais brigas, o entendimento já não está fácil, imagina se a gente começa a fazer finca-pé nas pequenas coisas". E muitas até se orgulham do freio: "Meu marido não quer que eu corte o cabelo, não gosta que eu use jeans apertados" — com o maior tom de complacência, achando que isso demonstra o quanto são amadas, o quanto ele zela-pelo-que-é-seu.

Só que possessividade não é amor. E as tais "pequenas coisas", em última instância, são outras tantas formas de violência contra sua personalidade, sua autonomia, seus direitos humanos. Essa violência que permeia as relações de poder e que, em nossa sociedade, recai com todo seu peso sobre cada fase e cada aspecto da vida feminina: saúde, educação, afetividade, sexualidade, reprodução, cotidiana, teimosa, tão persistente que já criou hábito e calejou a sensibilidade social: a opinião bem-pensante não repara nela, a cultura mascara suas manifestações sob rótulos mais ou menos aceitá-

Violência miúda mas onipresente, cotidiana, teimosa, tão persistente que já criou hábito e calejou a sensibilidade social: a opinião bem-pensante não repara nela, a cultura mascara suas manifestações sob rótulos mais ou menos aceitá-

veis — ciúme, amor-próprio, preservação da feminilidade — e alguns até altissonantes: senso de honra, defesa da família, salvaguarda da espécie. As próprias vítimas já se condicionaram a usar certas técnicas — repressão, somatização, submissão masoquista — para conviver com ela.

A violência contra a mulher começa à hora do nascimento. A menos que já haja uma enfiada de garotos, o advento da menina costuma decepcionar a família, sobretudo o pai, humilhando a mãe com uma noção de fracasso: frustrou a expectativa, não foi capaz de "fazer" um homem, sentiu-se inferiorizada, pede desculpas, promete tentar de novo — e olhem o que aconteceu com Garrincha! Esse primeiro ataque contra sua identidade, contra sua possibilidade de desenvolver o senso do próprio valor, repete-se sob mil formas ao longo da existência da mulher.

A violência começa no parto, para as mães e para as filhas

Aliás, o próprio nascimento frequentemente vem acompanhado de um ato de violência contra a mulher. No Brasil, a porcentagem de partos cesários nos hospitais gratuitos é de 13%, considerada normal; mas onde o atendimento é pago, particularmente ou por convênio previdenciário, a cifra sobe a 67%. escandalosa demonstração de como se retalha um corpo feminino, como se abusa por ganância da saúde e até da vida da mulher.

E já que estamos nisso, poderíamos perguntar também se a gestação foi desejada, imposta ou casual. Impor, no caso, não é só coagir pela força ou pelo berro; muitos maridos ansiosos pelo herdeiro (de qual a mãe, e não o pai, se ocupará 24 horas por dia) pedem, insistem, envolvem, usam lábia, chantagem emocional, ameaças de abandono.

Muitos não-maridos exigem a famosa "prova de amor" ou o "teste de virgindade", fazem mil promessas, exploram os sentimentos, a credulidade, a ingenuidade, a ignorância ou a submissão da parceira — e depois caem fora sem pensar mais no assunto. Teria essa mulher podido abortar se quisesse? Sim, diz nosso

Código, se provasse que foi violada. Mas exclui o marido: entendem os senhores da lei que ele tem direito de cobrar da mulher, pelos meios que bem entender, o cumprimento dos "deveres conjugais". (A sexualidade da solteira é proibida, a da casada é obrigatória — e livre e espontânea, que é bom, quando?). Seja como for, não é fácil provar que se foi estuprada num país onde a mentalidade dominante é "meus bodes estão soltos, quem tiver cabritos que se cuide!"

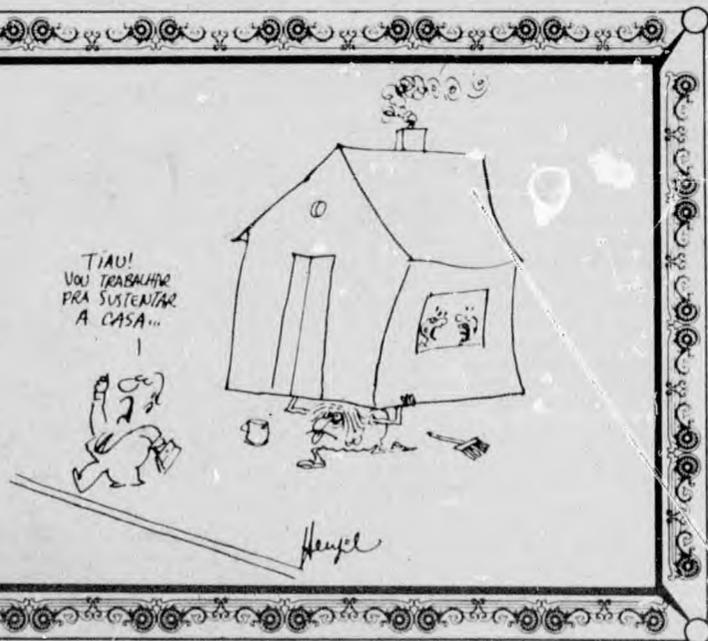
Não são só os pobres que espancam e matam suas mulheres

"Violência marital é coisa de gentinha ou de tarados", dizia a burguesia bem-prestada. "Esses pobres diabos embotados pela miséria, a fome, a doença, o álcool!"

E quando no sacrossanto recessivo de um respeitável lar burguês um marido exarcebado de irritação ou ciúmes partia para a ignorância e começava a "argumentar" com as mães, a mulher caía das nuvens: "Como é que isso pode acontecer entre nós?" "Nós", no caso, significava: gente instruída, articulada, que deveria poder resolver suas diferenças através do diálogo. E no entanto, o pau comera solto: "Ele deveria estar transtornado, louco, precisando urgentemente de analista", pensava ela. E num segundo plano da mente, punha-se a remoer a eterna conjectura feminina: "A culpa não terá sido minha? Que terrei eu feito de errado?" A expressão "bode expletório", assim no masculino, é incorreta: devia ser "cabra expletória", pois mulher é que é a grande culpada, a responsável por todos os males que afligem o mundo, desde a expulsão do paraíso até que aquele gol que virou o placar contra o time do marido.

Assim, embora chocada e escandalizada, ela calava a boca. Em parte por ter interiorizado a noção universal de sua culpabilidade. ("Surra tua mulher todos os dias: tu não sabes por que bates mas ela há de saber por que apanha", diz um provérbio árabe de inspiração nelson-rodriguesiana). E em parte por vergonha, para não traumatizar os filhos, para guardar não só as aparências sociais como também, por absurdo que pareça, a ilusão íntima do casal harmonioso: "Se sou a única

a sa
acor
peita
Ma
quar
gue-
char
crim
maio
preta
dora
socia
com
A
natu
tra o
que
da le
inop
justi
ção
todas
nhu
Ru
ciso
repre
que
nhein
unive
caso
tente
tamo
lugo
beto
reacç
tuado
da es
E
do-lh
têm a
santi
cond
dos q
uma
juizes
medic
em sa
munic
a opin
Rec
que a
se ins
te nur
tologi
margi
nômio
tão de
to pel



As tragédias estampadas em manchetes na crônica policial não representam uma ruptura na ordem reinante em nossa sociedade. São apenas a etapa final de uma violência que começa no "isso não é coisa de mulher", "zelo pelo que é meu" ou no "como é, papou? faturou o material?"



s e grandes sinatos

Código, se provasse que foi violada. Mas exclui o marido: entendem os senhores da lei que ele tem direito de cobrar da mulher, pelos meios que bem entender, o cumprimento dos "deveres conjugais". (A sexualidade da solteira é proibida, a da casada é obrigatória — e livre e espontânea, que é bom, quando?). Seja como for, não é fácil provar que se foi estuprada num país onde a mentalidade dominante é "meus bodes estão soltos, quem tiver cabritos que se cuide!"

Não são só os pobres que espancam e matam suas mulheres

"Violência marital é coisa de gentinha ou de tarados", dizia a burguesia bem-pensante. "Esses pobres diabos embotados pela miséria, a fome, a doença, o álcool".

E quando no sacrossanto recessos de um respeitável lar burguês um marido exacerbado de irritação ou ciúmes partia para a ignorância e começava a "argumentar" com as mãos, a mulher caía das nuvens: "Como é que isso pode acontecer entre nós?" "Né", no caso, significava: gente instruída, articulada, que deveria poder resolver suas diferenças através do diálogo. E no entanto, o pau comera solto: "Ela deveria estar transtornado, louca, precisando urgentemente de analista", pensava ela. E num segundo plano da mente, punha-se a remoer a eterna conjectura feminina: "A culpa não terá sido minha? Que terei eu feito de errado?" A expressão "bode expiatório", assim no masculino, é incorreta: devia ser "cabra expiatória", pois mulher é que é a grande culpada, a responsável por todos os males que afligem o mundo, desde a expulsão do paraíso até que aquele gol que virou o placar contra o time do marido.

Assim, embora chocada e escandalizada, ela calava a boca. Em parte por ter interiorizado a noção universal de sua culpabilidade. ("Surra tua mulher todos os dias: tu não sabes por que bates mas ela há de saber por que apanha", diz um provérbio árabe de inspiração nelson-rodri-gueana). E em parte por vergonha, para não traumatizar os filhos, para guardar não só as aparências sociais como também, por absurdo que pareça, a ilusão íntima do casal harmonioso: "Se sou a única

a saber, posso fazer de conta que não aconteceu". Esposa burguesa que se respeita apanha em silêncio.

Mas o silêncio tornou-se impossível quando a pancadaria degenerou em banguê-banguê. Um cadáver é algo gritante e chamativo. "Gente bem" sempre é notícia, crime é notícia e tudo isso junto dá a maior repercussão. E de repente, a imprensa começou a noticiar com assustadora frequência que homens "de classe social elevada" estavam matando suas companheiras.

A reação feminina foi muito mais que o natural repúdio das índoles pacíficas contra o crime, a brutalidade, a covardia; mais que a justa revolta de cidadãs cumpridoras da lei e pagadoras de impostos ante a inoperância da política e os titubeios da justiça. Foi uma sacudida profunda, a noção de que aquilo afetava pessoalmente todas e cada uma delas, que mulher nenhuma estava imune.

Ruía mais uma ilusão burguesa: foi preciso admitir a evidência, até então reprimida ou negada, de que homens com dinheiro, prestígio, títulos universitários, conforme o caso, podem ser tão prepotentes como qualquer brutamontes, tão surdos ao diálogo como qualquer analfabeto, tão primários em suas reações como o sujeito situado no grau mais baixo da escala social.

E que a seu lado, dando-lhes a maior força, eles têm advogados capazes de santificar os assassinos e condenar as vítimas, jurados que olham o crime com uma indulgência bíblica, juizes simpáticos à tese medieval da "honra" lavada em sangue, meios de comunicação que mistificam a opinião pública.

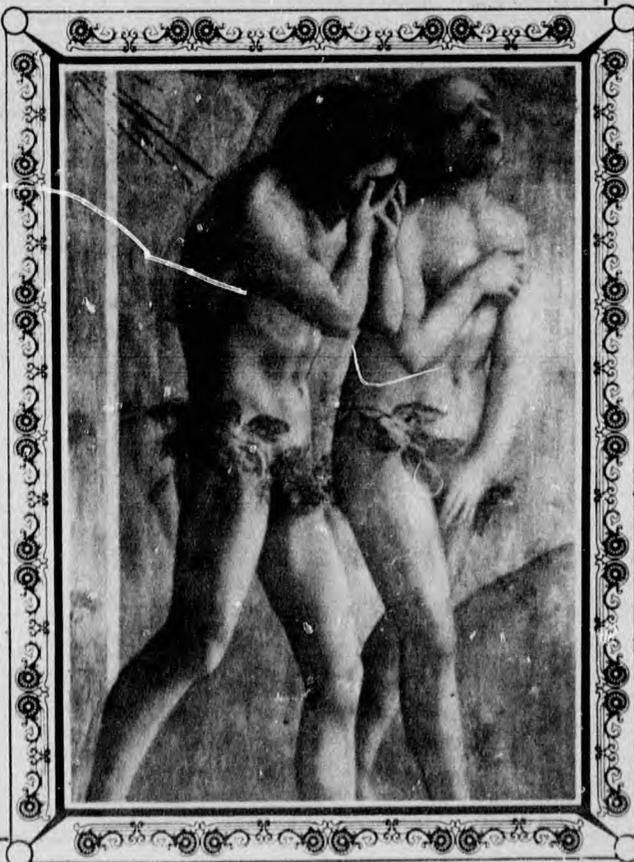
Reconheceu-se, enfim, que a violência marital não se inscreve necessariamente num quadro de psicopatologia individual ou de marginalização sócio-econômica e nem é uma questão de âmbito privado. Muito pelo contrário, a violên-

cia contra a mulher se insere no contexto normal da relação entre os sexos, institucionalizada e aceita de ânimo leve pelos cidadãos bem-pensantes. O assassinato, as tragédias que irrompem em marchetes na crônica policial, não representam a brusca ruptura de uma ordem reinante: fazem parte dessa ordem. São a culminação de um processo, a etapa final de uma escalada de violência que começa...

É praticamente impossível seguir a pista — extensa, complexa, labiríntica — da violência-nossa-de-cada-dia imposta à mulher. Mas, em grandes linhas, ela se inicia precisamente com os deixo-não deixo, quero-não quero, gosto-não gosto, concedo-nego, permito-proibo, zelo-pelo-que-é-meu. E por aí prossegue através dos não é coisa de mulher, proibida a entrada de mulheres desacompanhadas, inteligência feminina é voltada para o miúdo e o imediato, não fale do que não entende, candidatos exclusivamente do sexo masculino, lógica de mulher, ela é eficiente como um homem, por sua própria natureza mulher é emocional e instável, ela pensa com o coração e os ovários, fora do casamento e da maternidade mulher não se sente realizada, preferimos empregar mulheres porque rendem mais, pedem menos salário e não fazem reivindicações mas em cargos de chefia não porque os homens não admitem ser mandados por mulher, a missão sublimemente de esposa e mãe, não é discriminação, é só que não dispomos de sanitários femininos, não alugamos a mulheres sós para manter a moral do prédio, mulher dirigindo automóvel é aquela desgraça, devia ser proibido, as feministas são neuróticas e frustradas, ora meu bem não esquente sua cabecinha com problemas, deixe comigo que eu resolvo, mulher ambiciosa perde a feminilidade, mulher tem de ser delicada como uma flor, e como é, papou? faturou o material? e por que meu jantar não está pronto e onde estão minhas meias e falta botão na minha camisa e me traz um cafezinho e leva pra lá essas crianças que estão fazendo um barulhão dos diabos...

E já que o estupro é inevitável, relaxe e goze. De preferência em cima do fogão, porque lugar de mulher é na cozinha.

Carmen da Silva



manchetes na crônica policial não representam a realidade em nossa sociedade. São apenas a violência que começa no "isso não é coisa de mulher", e termina no "como é, papou? faturou o material?"



Mineiras rompem longo silêncio e criam Centro de Defesa da Mulher

“Senhora, aqui está vossa chave Para que vos entregueis a quem quiserdes, quando quiserdes Porque maior que a dor de vos perder É a dor de vos deixar presa nesses ferros.”

“Assim um poeta da Idade Média despediu-se de sua senhora, antes de partir para as Cruzadas. E entregou-lhe a chave do cinto de cartidade, contrariando todas as tradições da época. Por amor.

“Em Minas, quase mil anos depois, as mulheres têm destinos diferentes: são mortas a tiros pelos homens dos quais queriam se separar. Porque pediam a esses homens a liberdade. (...)”

“A morte nos trouxe até o adro desta igreja. Mas não é a morte que nos anima a continuar. O que nos dá forças para prosseguir nessa luta, que poderá ocupar nossa vida inteira, é a certeza de que podemos transformar essa sociedade doente que está à nossa volta.

“Porque já é tempo de acordarmos. De sabermos que a velha divisão dos sexos, colocando homens e mulheres em campos opostos, não traz proveito a ninguém, a não ser para aqueles que hoje são os donos do Poder. (...)”

“Nós sabemos que a vida também tem pesado para os homens. O amor que é baseado nas relações entre senhor e escravo não pode ser bom para ninguém. O homem tem sido nosso pai, nosso irmão, nosso senhor. E também não aprendeu a nos respeitar. Mas daqui para a frente vamos querer que ele seja nosso companheiro. E companheirismo só pode existir com amizade, com igualdade e com respeito. E isso, companheiras, a transformação das relações entre homens e mulheres, tem de partir de nós, que somos hoje as mais oprimidas.



Foto Samuel Lavelberg

“Porque as novas idéias só criam raízes quando as crianças as bebem misturadas ao leite materno.”

A leitura desse manifesto em agosto no ano passado, na Igreja São José, em Belo Horizonte, marcou o início da mobilização das mineiras em torno de seus direitos.

Mais de 500 pessoas se reuniram nas escadarias da Igreja para protestar contra os assassinatos de Eloísa Ballesteros Stancilli e de Maria Regina Santos Silva. No auge da mobilização, foi criado o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher — que hoje já tem uma história de lutas para contar.

Democracia em casa

A idéia de criação do centro surgiu durante o ato público, e apenas quatro dias depois 80 mulheres se reuniram para concretizá-lo, em torno de uma palavra-de-ordem básica: a democracia deve começar dentro de nossas próprias casas. Seus objetivos gerais: atuar no sentido de transformar mentalidades que vêem a mulher como ser social de segunda categoria e orientar mulheres que se julgam discriminadas, em casa ou no ambiente de trabalho.

A partir de sua definição como um centro de reflexão, debates e atuações contra a violência de que a mulher é vítima na sociedade, o CDDM foi convidado por escolas, entidades de classe, igrejas, associações de bairro e associações profissio-

nais a organizar palestras, debates e cursos sobre a situação da mulher. Além disso, constituiu-se como ponto de referência obrigatório da questão feminina para os jornais, revistas, rádio e televisão.

A publicidade que o CDDM adquiriu em virtude destas atividades provocou uma rápida procura do Centro por mulheres vítimas de violência. “A nossa sede passou a ser um local onde as mulheres buscam algum tipo de ajuda, através de comparecimento pessoal ou de correspondência”, diz Fernanda Arantes, na direção do grupo.

Essa demanda crescente levou-as a montar um SOS, funcionando com base em plantões voluntários. Seu desempenho, contudo, tem sido bastante precário, reconhece Fernanda. “A inexistência de uma sede própria (hoje funcionamos em uma sala da Faculdade de Direito); a falta de um telefone (hoje as chamadas são feitas às casas particulares) têm dificultado nosso trabalho.”

Fernanda conclui: “Hoje, em função da evolução do trabalho, o Centro se define como feminista (estamos com um grupo de reflexão que busca encontrar a nossa definição de feminismo) e consideramos prioritário dar uma nova dinâmica ao SOS, ou seja, comprar um telefone, se possível ter uma sede, e formar grupos de profissionais para dar um atendimento feminista às mulheres que procuram o SOS.”

O endereço do Centro: Av. Álvares Cabral, 211, sala 1404, CEP 30.000, Belo Horizonte.



A estuprada, de vítima a ré

Entre as violências sexuais contra a mulher, o estupro é indubitavelmente, uma das mais óbvias e mais radicais. É também um tema atualíssimo, porque não se passa um dia sem que esteja nas manchetes dos jornais, que, entretanto, se limitam ao mero registro dos casos, sem tirar conclusões mais abrangentes e questionadoras sobre o problema.

Em outros países, ele tem sido objeto de inúmeros estudos e pesquisas, que ajudam a situá-lo num contexto ideológico mais amplo, mas entre nós, os numerosos tabus que ainda persistem dificultam sua colocação em termos objetivos.

A primeira pergunta que se deve fazer em relação ao estupro é: seria ele uma violência fora das leis sociais comuns e, portanto, extraordinária, ou uma violência praticamente institucionalizada e, conseqüentemente, inserida no cotidiano das mulheres? A resposta exige um breve resumo do ponto de vista jurídico.

Considerando apenas o aspecto formal da lei, poderíamos concluir pela primeira hipótese, já que se trata de crime codificado em quase todas as legislações penais. Entre nós, ele está definido no art. 213 do Código Penal vigente — o de 1940 — e a pena atribuída é de três a oito anos de reclusão.

Entretanto, quando se consideram as próprias falhas do texto legal, sua precária aplicação na prática e as leis sociais não escritas verifica-se que o estupro é, na realidade, um crime que se caracteriza largamente pela impunidade e se insere então na categoria de violência institucionalizada.

A lei brasileira define o estupro como o ato de "constranger a mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça". A expressão "conjunção carnal" é, porém, interpretada unanimemente pela jurisprudência como coito vaginal. Qualquer outro ato sexual é desclassificado para atentado violento ao pudor, cuja pena é menor. É o caso do coito anal, que pode exigir uma violência até maior. Provavelmente a lei só considera a hipótese do coito vaginal, porque só dele pode resultar prole, indicando que o que se protege é mais um certo tipo de estrutura familiar do que propriamente a pessoa da mulher.

Essa interpretação restringe a aplicação da lei, mas ela é ainda mais restringida na prática.

Qualquer mulher que tenha sofrido estupro precisa denunciá-lo o mais cedo

O estupro é de certa forma provocado por toda uma ideologia de caráter patriarcal, que desvaloriza a mulher como ser humano integral. Por falhas da lei, normalmente seus autores permanecem impunes.

possível à autoridade policial, se quiser depois processar o autor do atentado.

Mas, na maioria das vezes, ela deixa de fazê-lo, em virtude não só do trauma, mas também de um sentimento de vergonha que está associado ao fato de ser vista como culpada e não vítima.

Se ela resolver denunciar, pode ainda encontrar uma série de dificuldades. Elas podem ocorrer já na delegacia, onde muitos delegados e investigadores tendem a considerar sua denúncia como algo de menor importância ou a duvidar da própria existência do fato denunciado, quando baseado apenas na palavra da mulher.

Acham que se trata de fantasia, de vingança pessoal ou de uma forma de obrigar namorados renitentes a casarem, segundo as palavras de um policial.

Ilustração Mari



Maria Carneiro da Cunha

O segundo tipo de dificuldade é de ordem técnica.

Para que se caracterize o estupro, é preciso que fiquem comprovados tanto o coito vaginal como a violência. A mulher é submetida a exame de corpo de delito, mas este pode não ser concludente, especialmente se ela não era mais virgem e se já se passaram muitas horas desde a ocorrência, pois sinais como esperma na vagina e congelação das mucosas desaparecem com rapidez. Também é difícil comprovar a violência, se não ficarem marcas visíveis nas roupas ou no corpo da vítima. É o que acontece, por exemplo, quando ela cede sob ameaça de uma arma.

O terceiro tipo de dificuldade costuma ocorrer durante o processo quando o advogado do acusado vai procurar de todas as formas descaracterizar o crime, recorrendo a argumentos baseados na vida pregressa da vítima, na tentativa de provar que houve consentimento. Tenta-se então demonstrar que ela tem um comportamento dito irregular, que é prostituta habitual, etc. Aqui, como em muitos outros casos de crimes contra mulheres, em que há conotação sexual, a vítima passa à categoria de ré, pois a sua vida e o seu comportamento é que são realmente julgados e não os do acusado. É compreensível, portanto, que muitas desistam de denunciar um estupro, por não quererem ver sua vida íntima invadida e devassada. Além do que já sofreram, enfrentam esse novo tipo de violência no decorrer do processo.

Todos os fatores enumerados nos levam a concluir que o estupro é efetivamente uma violência institucionalizada contra a mulher. Muitos pretendem negar essa especificidade, alegando que se trata apenas de uma violência a mais dentro de uma sociedade violenta.

Mas, sua impunidade habitual e seu caráter sexual nítido, em que o autor é sempre um homem e a vítima, sempre uma mulher, o diferenciam de outros atos e outros crimes violentos.

O estupro é de certa forma justificado e mesmo provocado por toda uma ideologia de caráter patriarcal, que desvaloriza a mulher como ser humano integral, colocando-a unicamente na condição de objeto e particularmente de objeto sexual.

Dentro dessa perspectiva amplamente veiculada através dos meios de comunicação e da propaganda, não é de estranhar que, em quase todos os assaltos, os assaltantes também estuprem as mulheres, porque elas lhes surgem como objeto a mais a ser usufruído, tal como os mais variados bens de consumo.



Marli, um símbolo da resistência



Foto Fernando Pimentel

"Vou até o fim, só paro no dia que morrer."

Marli Pereira Soares, 27 anos, empregada doméstica, vivia anônima em seu barraco em Belfort Roxo, Baixada Fluminense, com os dois filhos menores e o irmão Paulo, de 18 anos, até o dia 12 de outubro de 1979, quando sua casa foi invadida por oito homens da PM. Depois de amarrarem e espancaram Paulo na frente de Marli e das crianças, arrastaram-no para fora de casa e o mataram a tiros. Marli decidiu não calar. Denunciou, apontou alguns assassinos em reconhecimentos feitos cara a cara numa longa peregrinação por quartéis e delegacias, deu entrevistas, botou a boca no mundo, entretou a barra.

De repente, nome e foto nos jornais. Virou símbolo de coragem, de ratinho que enfrenta o leão, mulher que desafia o arbitrio e a violência. Ameaçada de morte por aqueles que mataram seu irmão, continuou, e conseguiu que suas denúncias dessem origem a um processo para apurar o assassinato. O processo está em andamento no Tribunal de Juri de Nova Iguaçu, mas por enquanto apenas dois dos culpados estão presos.

Em abril deste ano, o reconhecimento internacional: a revista francesa **F-Magazine** a incluiu entre as cinco mulheres que mais se destacaram em 1980. As outras são a sindicalista polonesa Ana Walwntynowicz; Vigdis Finnbogadottir, presidente eleita da Islândia; Tatiana Mamonova, co-autora de um almanaque editado clandestinamente na URSS, descrevendo a situação das mulheres, o que lhe valeu o exílio forçado; e a irmã Eliane, freira francesa que se dedica às tribos perseguidas de Uganda.

Riscos, badalação e fama não mudaram o jeito descontraído e seguro de Marli, nem as enormes dificuldades de seu cotidiano. Eu e Maria Alice Rocha decidimos fazer um livro com ela porque Marli tinha muito mais a transmitir de sua experiência como mulher do que o publicado nos jornais. No livro — "Tenho pavor de barata

de polícia não" —, a ser lançado pela Editora Avenir, coleção Avenir-Mulher, Marli conta sua história, recordações da infância, cotidiano, valores e crenças, trabalho, relação com as patroas, filhos, amores, desenganos, racismo e violência policial.

Aqui, alguns trechos de seu relato:

"Sempre fui muito decidida. Desde tempo de colégio, desde minha vida com marido. Se cismar com uma coisa, vou até o fim.

No dia que aconteceu, se pensasse no que já passei e no que ainda vou passar, acho que teria deixado só por conta da justiça de Deus. Mas senti aquela revolta: ver tirarem meu irmão de dentro de casa dormindo, espancaram na minha frente, na frente dos meus filhos, pouco adiante matar igual a um cachorro! Podia ter ido na delegacia e dizer que não sabia quem matou, mas disse: foi a polícia civil e militar. Agora não penso em desistir. Vou até o fim, só paro no dia que morrer. Vou. Acho que só não crio coragem é pra não ter medo de barata! Estou aqui com a perna doendo. Outro dia, estava na cozinha, botando a minha comida — mas gosto antes de sentar pra comer, de limpar o fogão, a louça, não gosto de deixar bagunçado, sabe. É tudo pequenino mas gosto de deixar ajeitadinho. Quando estou muito bem limpando o fogão, escuto aquilo nas minhas costas: duas baratonas! Fui correr, mas a porta é perto da escada e quase que voei lá embaixo. Bati com a perna no murinho. Minha mãe falou: "Toma vergonha nessa cara! Mulher que é símbolo da coragem no mundo inteiro correndo por causa de barata..." Tenho pavor de barata, de polícia não.

"Lá na minha casa da Vila Paulina, nunca sumiu um grampo... Deixava a janela aberta, rádio ligado, tudo, nunca sumiu nada. A gente dormia com a janela aberta porque era muito quente, laje baixinha, uma meia-água; quarto, sala, cozinha e banheiro.

"Depois que o Mário foi embora, fui ter minha liberdade. Quando saía pra longe, as crianças ficavam com uma vizinha. Mas quando saía pra festinha que tinha perto, deixava as crianças sozinhas, vinha toda hora. Se saísse de casa onze horas — dava a mamadeira às dez e botava elas para dormir — quando era assim meia-noite, subia, olhava, eles estavam dormindo... Dava umas quatro viagens durante a festa, dançava um bocadinho, daqui a pouco subia pra ver as crianças. E subia sozinha. Nunca fui assaltada. Mesmo quando saía pra mais longe ia tranqüila, andava sozinha de madrugada. Quer dizer, se fosse perigoso não andaria, né? As vezes alguém chamava, tentava conversar, mas também já sabiam como eu era meio invocada, já amarrava a cara. Problemas mais sérios nunca aconteceram comigo. Conheci a violência mesmo, com a polícia...

"Só fui conhecer o Valter quando já estava com 13 pra 14 anos. Ele tinha 26 e morava em Niterói. Eu ia pra casa da minha avó — a mãe dele morava perto — e começamos a namorar. Ai me perdi. Tinha 15 anos. Minha sogra é que começou a notar, começou a engordar, o seio crescendo... ainda era meio tapada. Minha filha estava quase nascendo e perguntei pra minha mãe com quanto meses é que a criança podia tomar banho! Não sabia fazer mamadeira, não sabia nada.

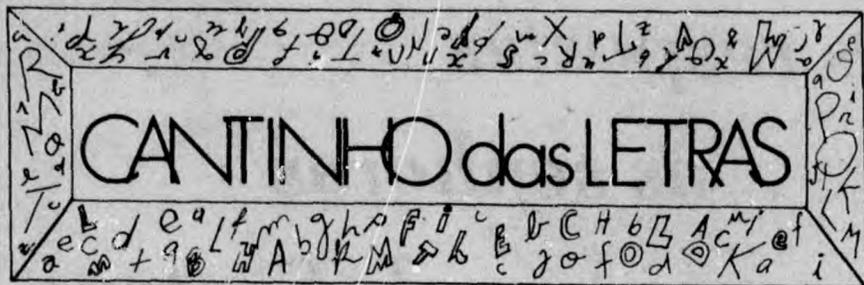
"Não vou apanhar de homem"

"Estava com 22 anos quando conheci o pai dos outros dois meninos. A gente brigava igual cachorro, mas não era briga só de boca não, era briga mesmo de sair no pau. A última briga da nossa separação, ele veio me dar um soco — e chegou a dar mesmo — porque homem tem mais força que mulher — mas eu cismei: você não é meu pai, nunca apanhei do meu pai e não vou apanhar de homem... e voei em cima dele com a tesoura, em risco até de ir presa, de arrumar processo, furei ele com a tesoura, que tem a cicatriz até hoje. Depois dessa briga, nos separamos. Juntou as coisas dele e foi embora... E aquele ditado: mulher... tem que se conformar, ela é a parte fraca; embora muitas não concordem com isso.

Eu também não concordo, o homem gritar e a mulher baixar a cabeça! Os direitos hoje em dia são iguais. Já foi o tempo de Amélia que a mulher aturava tudo. Então, ele dava um berro e eu dava outro! Se eu ficasse quieta, apanhava e ficava apanhada.

"Desde o segundo filho venho tentando pra ver se consigo ligar, ainda ia fazer 18 anos... Mas um médico não queria fazer, outro era muito dinheiro... Esse último bebê, ia ter normal no São Francisco de Assis, porque eles ligam as trompas, mas só se o médico achar que deve. Tem planejamento familiar. Cheguei a ir lá e tudo. Mas depois uma pessoa me ajudou; num instante consegui um médico pra fazer cesariana e ligar as trompas. Paguei cinco mil cruzeiros! Esse negócio de ter filho... esperar nove meses não é nada demais, acho lindo, embora fique horrível, porque faço aquele barrigão! Mas o pior do filho é criar porque mesmo trabalhando, lutando, cinco crianças pra educar, sustentar, vestir, calçar! Se não conseguisse ligar as trompas, só se me aposentasse!"

Maria Tereza Moraes



Nesta coluna, vamos transcrever textos de literatura tratando de algum assunto de interesse para as mulheres. A seleção é feita pela professora Walnice Nogueira Galvão. Neste número, os excertos de uma crônica de Eça de Queiroz, de 1871, publicada n'As Farpas:

"O Diário de Notícias, jornal que tem imposto aos seus correspondentes o hábito das informações escrupulosas e sérias, inseria ultimamente uma carta de Gouveia em que era narrado este caso: 'Um marido mata a sua mulher, partira-a aos pedaços, fora preso e condenado...'

"Reparem bem! É condenado... a varrer as ruas de Gouveia".

"De modo nenhum queremos limitar os maridos no direito de decepar suas mulheres. São miudezas domésticas em que não intervimos. Nunca se dirá que As Farpas se arrojam indiscretamente sobre o seio das famílias. Que os maridos, quando lhes convenha, para melhor organização de seu interior, partam suas mulheres aos pedaços — coisa é que nem nos escandaliza, nem nos jubila! Talvez não imitássemos esse exemplo: não por nos parecer fora das atribuições maritais, mas por se nos afigurar excessivamente trabalhoso o partir aos bocadinhos uma consorte estimada! E entendemos que, quando um marido se sinta dominado pelo desejo invencível de partir alguma coisa, é mais simples ir à cozinha trinchar o rosbife do que à alcovita retalhar a esposa!..."

"Mas uma coisa nos ocorre: — e é que, de ora em diante, varrer as

ruas deixa de ser emprego municipal, e começa a considerar-se uma pena infamante. E pode acontecer que os srs. varredores de Lisboa — não querendo, por uma susceptibilidade exagerada, passar por terem assassinado suas esposas, deponham com gesto de desdém o cabo das vassouras nas mãos atarantadas da Câmara Municipal! Por outro lado; dada esta greve, nenhum cidadão se querera incumbir de limpar as ruas. Há gente tão meticulosa, tão escrupulosa, que emburraria que os vizinhos a suspeitassem de ter empregado o trinchante na pessoa de sua consorte. A única pessoa que afoitamente ousaria varrer as ruas seria aquela de quem se não pudesse suspeitar um crime, aquela que fosse pela lei do Reino declarada irresponsável. Ora há só um neste caso. É o único que poderia varrer as ruas sem que ninguém se lembrasse de pensar que ele andava ali, às vassouradas, por sentença dum tribunal. Esse é irresponsável; não comete crimes, nem sofre penas. Mas seria realmente atroz que S.M. se visse obrigado, depois do teatro, a ir, por essas vielas, melancolicamente seguido da sua corte, levando, de vassoura em punho, adiante de si, em nuvens de poeira, a imundície dos seus vassallos!"

Livraria
Zappata

RUA CESÁRIO MOTA JR., 285 — SOBRELOJA
TELEFONE: 222-2861 — SÃO PAULO

Basta escrever pedindo

Anais Nin — Em busca de um homem sensível, Cr\$ 460,00.
Alexandra Kollontai — A nova mulher e a moral sexual, Cr\$ 280,00.
Autobiografia de uma mulher emancipada, Cr\$ 220,00.
Adélia Prado — Terra de Santa Cruz, Cr\$ 260,00.
Cacos para um vitral, Cr\$ 350,00.
Elena G. Belotti — Educar para a submissão, Cr\$ 380,00.
Evelyn Reed — Sexo contra sexo ou classe contra classe, Cr\$ 300,00.
Flávia Schilling — Querida liberdade, Cr\$ 300,00.
Frente feminista — O que é o aborto, Cr\$ 150,00.
Grupo Ceres — Espelho de Vênus, Cr\$ 760,00.

Heleieth B. Saffioti — A mulher na sociedade de classes, Cr\$ 800,00.
Heleneida Studart — Mulher, objeto de cama e mesa, Cr\$ 180,00.
Lauren Bacall — Bacall fenomenal, Cr\$ 750,00.
Lilian Hellman — Caça às bruxas, Cr\$ 350,00.
Liv Ullmann — Mutações, Cr\$ 390,00.
Marina Colasanti — A nova mulher, Cr\$ 390,00.
Moema Viezzer — Se me deixam falar, Cr\$ 550,00.
Shere Hite — Relatório Hite, Cr\$ 980,00.
Simone de Beauvoir — O segundo sexo, 2 vols., Cr\$ 1.450,00.
Quando o espiritual domina, Cr\$ 400,00.
V. Lênin — Sobre a emancipação da mulher, Cr\$ 350,00.

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285, tel. 222.2861 — CEP 01221 — São Paulo, SP.

CLASSIFICADOS

Publicamos anúncios classificados de qualquer parte do Brasil. Preço: Cr\$ 10,00 por palavras publicada. Favor remeter texto pronto e cheque no valor do número total de palavras à Redação de Mulherio, Av. Prof. Francisco Morato, 1.565, Cep 05513, São Paulo, SP (cheque nominal à Fundação Carlos Chagas).

ASSISTÊNCIA JURÍDICA À MULHER — As advogadas Florisa Verucci e Leny Rodrigues têm um escritório jurídico especializado nos problemas da mulher. Atendem especialmente casos ligados ao direito de família (separação, guarda dos filhos, pensão alimentícia, etc). Rua 7 de abril, 261 -- 9º andar — conj. 903, São Paulo. Fone 255-2717. Atendimento das 14 às 18,30 horas.

PSICOLOGIA CLÍNICA — Atendimento individual ou de grupo em psicoterapia, psicodinâmica, orientação familiar e vocacional. Grupo de gestante: uma proposta de análise de psicologia feminina; troca de vivência, discussões informais, exercícios de relaxamento. Helena Trevisan, Marfiza Reis, Rosa Perestrelo; R. Tabapuã, 649, conj. 93, Itaim Bibi, fone — 64.8179.

ESCOLA CRIE — Um clima de cooperação e respeito à palavra da criança, onde não existem adultos donos da verdade, é o que se busca na escola CRIE. Aprender com a criança, acompanhar seus interesses e seu ritmo, parece-nos ser o caminho mais adequado para encontrar a resposta que procuramos: interesse, motivação e curiosidade. Acharmos que crianças seguras e respeitadas são mais capazes de concretizar seu potencial criativo, liberar sua afetividade e, através de um processo de conhecimento mais vivo, procurar novas respostas para os problemas com que se defrontam ao se tornarem indivíduos autônomos. CRIE — Escola de Educação Infantil de 1º Grau, Rua Bélgica, 399 — Jardim Europa — São Paulo-fone — 853.06.42. — Horário de funcionamento da escola: das 13:30 hs. às 17:30 horas de 2º a 6º. Matrículas abertas. Equipe pedagógica: Lígia Laguna de Oliveira Gonçalves e Maria Luiza da Cunha Santos Roxo.

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL — A Fundação Carlos Chagas está implantando um Programa de Orientação Vocacional, dirigido a jovens que estejam terminando o 1º grau ou cursando o 2º grau. O programa é desenvolvido através de uma série de reuniões que visam a atingir uma dinâmica de ações e reflexão, procurando levar os participantes a organizar e sintetizar conceitos e informações que lhes permitam chegar a uma escolha profissional consciente e responsável. Para maiores informações, escreva para Programa de Orientação Vocacional, Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, 05513, São Paulo, SP.



Três respostas

às senhoras

de Santana

1. Caras senhoras,

Mais uma vez a mulher brasileira dona de casa e mãe de família vem a público se manifestar pela democracia, agora através deste valoroso grupo de paulistanas do bairro de Santana. As senhoras se queixam de ver sua moral violentada diariamente através da libertinagem que se instaura nos meios de comunicação. Têm razão. O Brasil é um país de 110 milhões de habitantes das mais variadas condições sociais e culturais. Um país de desenvolvimento desigual e combinado (nunca pensei que fosse capaz de utilizar este conceito com propriedade. Agora posso entendê-lo melhor que nunca). Aqui, a vanguarda cultural e internacional convive com setores da população que não saíram da Idade Média.

Mas o que é feito de tais diferenças? Desde que entramos na era do consumo e no modelo totalitário de monopólio da informação, dos meios de produção (culturais também) e do direito à palavra, toda a diversidade se reduz a uma moda (estatisticamente falando) homogênea, neutralizadora de tudo o que é novo e/ou revolucionário. Uma estética cinza (apesar dos brilhos) e limpinha que capitaliza nossas (sinto muito, dessa vez não me refiro às senhoras) melhores conquistas de liberdade e delírio, reduzindo-as ao desbunde-padrão, à sexualidade-padrão, à libertação-padrão, adequada e conveniente ao modelo de comportamento incentivado para uma faixa "jovem", produtiva e consumidora. Quem se situa fora dessa faixa não tem vez, a não ser que use estrelas no ombro ou seja dono de multinacional.

As senhoras têm razão em se indignar pela falta de um canal de televisão, um jornal, uma produção cinematográfica que expresse a sua realidade ou pelo menos não a violenta tanto. O que falta é democracia, minhas senhoras. Inclusive de acesso aos meios de produção e direito de opinar sobre uso que se faz deles. Quem ganhou a concessão das novas redes de tevê? A Bloch e o Sílvio Santos. Vamos de mal a pior. Quem opinou nessa escolha? Nós, não. Então as senhoras pedem a palavra ou a tomam diretamente com a impunidade que sua respeitável condição lhes garante. Mas acostumadas que estão com o autoritarismo, exigem medidas totalitárias onde deveriam reivindicar medidas democratizantes. Censura ao invés de diversidade de opções, e da ampliação do espaço político e cultural. Pois se houvesse canais de televisão mais ao seu gosto — entre outros — as suas famílias não precisariam ficar expostas a cenas eróticas que não lhes agradam. Ou não? Que floresçam mil flores, caras senhoras. Mil flores. Inclusive as vossas.

2. Respeitáveis senhoras,

Eu também não gosto de ver o corpo da mulher transformado em mercadoria, em veículo de propaganda, coisa plástica e morta, sem subjetividade. Também considero neurótica uma sociedade que precisa acabar com a sexualidade feminina, impedir totalmente sua expressão no que tem de bela e de agressiva, para depois recuperar seu contorno sem vida como quem coleciona borboletas mortas pregadas em alfinetes. Também não me agrada que todo o espaço criativo e único do meu imaginário, da minha afetividade, da minha "psique", do meu gozo no sentido mais amplo do termo, seja invadido e elaborado por uma indústria cultural que não me aliena apenas das tais relações de produção, mas acaba por me alienar do que é mais íntimo, mais próprio de mim mesma.

Acaba por reduzir minhas noíes de amor à miséria existencial e afetiva das revistas ditas de sacanagem. Acaba por transformar em perversões todas as minhas preferências que não passam pela norma da modernidade, e por normalizar algumas das minhas mais particulares perversões. Solidarizo-me assim com o seu protesto.

Mas não me parece que censura e proibições sejam as melhores medidas na luta por uma sexualidade mais sadia, mais liberta e mais coerente com o restante da nossa vida e dos nossos afetos. A interdição, senhoras, é mãe de todos os vícios. Pior que isso, mãe da ignorância. Das feitiçarias queimadas. Da tortura. Dos crimes impunes em nome da lei.

Esta que nosso coronel-ministro da Educação qualifica como onda de "licenciosidade" nos meios de comunicação, ainda que contenha os aspectos negativos acima apontados, não surge de dentro da própria indústria cultural e sim das demandas de milhões de jovens, de mulheres a caminho da libertação; de demandas de adolescentes como seus filhos, pelo direito ao próprio corpo. À própria subjetividade; à autonomia de movimentos; ao direito de escolha; de acesso ao prazer; aos caminhos da insubordinação.

As senhoras estão certas: aonde é que nós vamos parar? No que depender da indústria cultural "licenciosa" parariamos por aqui mesmo, ou seja: que tudo se capitalize e se transforme em alimento e/ou azeiteamento para o sistema produtivo-consumista.

No que depender dos insurgentes que gostariam de construir um mundo na medida de seu desejo (não se assustem, senhoras: a palavra desejo tem um alcance muito mais amplo do que a conotação sexual que lhes suscita de imediato. Por isso, e porque tudo se interliga, é que o desejo é uma ameaça ao que está posto), vamos parar bem longe daqui. Num país onde — vamos finalmente "mudar de assunto" e deixar a libidinagem de lado — não houvesse

30 milhões de miseráveis absolutos; ou 20% dos proprietários detendo 80% das terras; ou outras imoralidades mais escandalosas. Num país onde se pudesse viver o prazer sem a culpa pela fome alheia.

Num país onde mulheres como as senhoras pudessem ser mães e companheiras sem ter que sacrificar a sexualidade e o amor pela vida no isolamento do trabalho doméstico massacrante, desvalorizado, explorado. Num país onde as senhoras também tivessem oportunidades para crescer como mulheres ativas, criativas, críticas, políticas, belas, sensuais. Num país onde a vida toda fosse mais erotizada e o sexo depositário de menos angústias como estas que lhes assaltam o sono, respeitáveis senhoras.

3. Madames,

Parece que não é a primeira vez que ouço falar das senhoras. Se não me engano foi em 64, numa certa marcha com Deus pela família ou vice-versa, que as madames vieram às ruas contribuindo como é de praxe para que a balança pesasse para o lado do mais forte num momento de instabilidade social. Parece-me evidentemente que as senhoras não gostam da instabilidade nem da liberdade de ação que os momentos de instabilidade nos oferecem nem das perspectivas transformadoras que elas carregam. Parece-me que as madames têm uma certa angústia, uma certa pressa em reconduzir as coisas a um ponto seguro e já conhecido. Retroceder sempre.

Não é de se espantar. O terror ao novo tem sua origem na angústia do prazer que tem sua origem na repressão sexual da qual as senhoras certamente foram vítimas. Desestabilizar significa abrir a perspectiva de se tocar em pontos amortecidos, de se deixar num momento de descuido emergir a fantasia que aurificamos ao diabo por um prato de lentilhas. Vale a pena, mas a barra pode pesar. O inconsciente cria fantasmas incríveis para representar as fantasias assassinações. Apesar da luta e da coragem de tantas feministas, ainda não é toda mãe de família que se arrisca a questionar suas próprias repressões. Sobretudo as que pagaram esse preço em troca de "um nome e uma posição a zelar".

Portanto desistam madames. Desliguem seus televisores e recolham-se ao mundo da oração. O mercado para licenciosidades cresceu muito de 64 para cá e suas demandas são mais poderosas que vossos protestos. Dessa vez eu até digo: "graças a Deus". (Transcrito do *Folhetim* n.º 230)

Maria Rita Kehl



Contra a repressão sexual

Quem liga a televisão na Rede Globo às 10,40 da manhã tem a agradável surpresa de encontrar Marta Suplicy falando, com naturalidade, de assuntos muito importantes mas que costumavam ser segregados às alcovas: orgasmo, prazer, clitoris, etc. Sua postura feminista transparece na constante ênfase dada à igualdade entre os sexos, ao respeito à integridade pessoal e ao tratamento de assuntos raramente debatidos em nossos meios de comunicação de massas, como as múltiplas manifestações da violência institucionalizada contra as mulheres. Atuando há mais de um ano, Marta tem conquistado a simpatia e admiração de grande número de pessoas, que lhe escrevem muitas cartas diariamente.

Preocupados com a investida da censura contra o programa, os grupos feministas de São Paulo (Frente de Mulheres Feministas, Associação das Mulheres, Sociedade Brasil Mulher, Grupo Nós Mulheres, Pró-Mulher, SOS Mulher, Centro da Mulher Brasileira e Grupo F. de Reflexão) encaminharam ao diretor da TV Mulher a seguinte manifestação:

"As integrantes dos grupos organizados de mulheres acima citados vêm através desta expressar seu apoio à sexóloga Marta Suplicy, objeto de críticas injustas e descabidas, por causa do trabalho de esclarecimento e educação sexual que realiza no programa "TV Mulher".

"Num país onde ainda predominam os preconceitos em relação a tudo o que se refere à esfera sexual, ele responde certamente a uma necessidade. Nada há de

Marta, informações objetivas e linguagem acessível.



Foto: Madalena Schwartz

vergonhoso ou de intrinsecamente mau no sexo, que precisa ser encarado com mais naturalidade e não ocultado e reprimido como se fosse uma tara. A sexualidade é parte integrante da personalidade humana e tratá-la de forma discriminatória é criar atitudes pouco sadias, além de pouco democráticas.

"Informações objetivas e em linguagem acessível como aqueles transmitidas por Marta Suplicy, mostrando o sexo dentro de um conceito de liberdade com responsabilidade, não constituem, de forma alguma, incentivo à sexualidade irresponsável ou à pornografia, como afirmam alguns pouco esclarecidos. Ao contrário, a educação sexual está na ordem inversa da pornografia, pois esta só pode existir e se manter num clima de repressão e de tabu, que a alimenta.

"As restrições feitas quanto à conveniência do horário também não fazem maior sentido, porque esse tipo de esclarecimento pode e deve atingir a faixa de público que inclui adolescentes, crianças e mulheres, talvez as mais necessitadas de informação.

"Em relação às mulheres, o quadro de Marta contribui para sua conscientização, ajudando-as a melhor conhecer o próprio corpo, controlá-lo e estimá-lo, condição indispensável para a sua realização como seres humanos integrais. Toda alienação surge da ignorância e no caso das mulheres, ela começa no próprio corpo.

"Por todos esses motivos, queremos deixar aqui consignados nosso apoio ao programa "TV Mulher" e nossa solidariedade à sexóloga, cujo trabalho deve prosseguir, para benefício de muita gente que não tem acesso a outras fontes informativas. Ao mesmo tempo, protestamos contra aqueles que, com base numa visão estreita e reacionária do papel da educação e dos meios de comunicação, exercem pressões para a retirada do quadro. São certamente setores minoritários, assim como são cada vez mais minoritários os que caem no ridículo de proibir o beijo ou mandam para a fogueira gravuras de Picasso, em virtude da mesma visão.

"Se o sexo, sem os véus da hipocrisia ou do preconceito, os choca, eles têm toda a liberdade de girar o botão. Mas não podem querer impor aos outros — sem dúvida a maioria — as conseqüências de sua própria miopia".

FEMINIZAR O MUNDO



690,00

MARIA SEM-VERGONHA (DE SER MULHER) IDAC
Nasce aqui a Coleção Maria-Sem-Vergonha de ser mulher. Dirigida a quem interessar possa, mulheres e homens de qualquer idade. Razão de ser, ir quebrando o silêncio sobre o feminismo e refazendo a coragem de ser mulher.



700,00

ALÉM DOS FRAGMENTOS Segal Rowbotham e Wainwright
Os artigos que compõem este livro são, relatos fascinantes da experiência de mulheres generosas que se jogaram por inteiro na luta pela construção de uma sociedade melhor. Elas abordam com lucidez inúmeras questões teóricas e políticas cruciais, mas

também nos revelam suas dúvidas, incertezas perplexidades e contradições quanto a estas questões.



380,00

A MULHER BRASILEIRA E SUAS LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS — 1850/1937 June E. Hahner
Este livro contém subsídios sobre o comportamento de um grupo de mulheres que, já em meados do séc. XIX, manifestavam uma consciência social e intelectual do repúdio e desdão a que era submetida a população feminina.



760,00

ESPELHO DE VÊNUS Branca M. Alves
As autoras identificaram o fio condutor traçado pelo modelo cultural e as diversas estratégias que a mulher se viu obrigada a adotar para sobreviver no seio de uma sociedade que a recusa como indivíduo e apenas lhe concede um mínimo de espaço como objeto utilitário.

A ESTRUTURA FAMILIAR NA OPRESSÃO FEMININA — Caderno Debate 6

Div. Autores 400,00

A MULHER OBJETO ... DE ESTUDO — Almanaque II

Div. Autores 350,00

EM BUSCA DE UM HOMEM SENSÍVEL

Anais Nin 460,00

MULHER BRASILEIRA: BIBLIOGRAFIA ANOTADA Fundação Carlos Chagas

580,00

MULHER BRASILEIRA: BIBLIOGRAFIA ANOTADA Nº 2 Fundação Carlos Chagas

CÍCERA — UM DESTINO DE MULHER Danda Prado e Cícera F. Oliveira

240,00

MULHERES VENCEDORAS D. Jongeward e Dru Scott

760,00

SER ESPOSA — A MAIS ANTIGA PROFISSÃO Danda Prado

550,00

VIVÊNCIA — história, sexualidade e imagens femininas Fundação Carlos Chagas

460,00

editora brasileira
cx. postal 30.644
são paulo

"Cicera, um destino de mulher — Autobiografia de uma emigrante nordestina, operária têxtil," de Cicera Fernandes de Oliveira e Danda Prado, Ed. Brasiliense, 128 páginas.



CICERA FERNANDES DE OLIVEIRA é uma nordestina pobre, operária têxtil, que vivia na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, com o terceiro marido e três filhos, quando, no começo do ano passado, Jacilene, a filha de 13 anos, engravidada vítima dos abusos sexuais do padrasto. Apesar dos laços afetivos que ainda a ligam ao companheiro, Cicera toma o partido da filha e resolve denunciá-lo, além de começar uma campanha para conseguir que Jacilene se submeta a um aborto.

Danda Prado e outras feministas do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, inteiradas do fato através dos meios de comunicação, procuram Cicera, prestando-lhe decidido apoio. Desse encontro nasceu o livro, em forma de depoimento autobiográfico de Cicera e comentários de Danda.

Cicera fala da sina da mulher: só seis roções anunciam seu nascimento, enquanto o do irmão é saudado com uma dúzia; ela fica em casa, na roça, às voltas com o trabalho doméstico, enquanto o irmão vai estudar; mais tarde, ela trabalha e sustenta a casa e os filhos, o que não a impede de levar surras da mãe, quando ousa se queixar das violências do primeiro marido.

Nesta medida, sua história fala de todas as mulheres e das dificuldades do amor e da ternura numa sociedade patriarcal e capitalista.

Mulher amante, Cicera não encontra — fora dos filhos — a possibilidade de uma relação profunda e solidária. Sua crítica à insensibilidade masculina vai além dos maridos violentos. Inclui também a queixa contra o pai que a amaldiçoou ao ser informado de não esperar pelo marido que a abandonara há um ano e de viver maritalmente com outro. Os irmãos tentam puni-la, inclusive com violência física, pela ousadia de tentar reconstruir sua vida sexual e afetiva.

Mas Cicera é também uma história alto astral, por trazer esperança e vitalidade pela maneira com que a mãe se relaciona com a filha: ela é solidária de maneira feminina e completa. Enxerga o drama da filha, distinguindo-o do seu próprio. Rompe com a ordem patriarcal e masculina através da denúncia e da ação. De início, Cicera cogitava em forçar o casamento da filha com o padrasto estuproador, para que Jacilene tivesse sua "honra" salva. Em outras palavras, pensou em curvar-se às regras de dominação que concedem ao violentador o absurdo privilégio de "reparar" o erro através do casamento.

Jacilene recusou-se a aceitar tal proposta. Cicera entendeu que tinha de romper: apontar o criminoso, falar de seu drama, abrir o jogo, expor-se. E porque rompeu pôde receber solidariedade pois só podemos nos solidarizar concretamente e com o que conhecemos. Feministas apoiaram sua luta, a denúncia dos fatos fortaleceu a posição de todos os que estão interessados na superação de formas brutais de convivência.

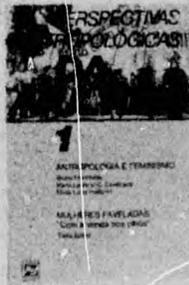
E é isto que o relato de Cicera traz, além da denúncia da violência. Ela é solidária com a filha, não obstante o diminuto apoio que recebera da própria mãe. Foi capaz de romper com a lógica da dupla moral sexual e de denunciar o estuproador, sem cometer a violência de exigir que a filha violentada permanecesse nesta condição por toda vida, ao ter de se casar com o culpado.

Entendeu que a filha, batalhando por se tornar sujeito de sua própria vida, recusasse o casamento com o padrasto.

A maternidade, rompendo com o discurso patriarcal, permite a solidariedade entre mulheres, entre mães e filhas. Cicera, para mim, é irmã da experiência da maternidade de filha mulher; da possibilidade de rompermos com a competitividade e o ressentimento que o cotidiano patriarcal impõe; de enxergarmos-nos como solidárias, amigas, cúmplices e confidentes.

Maria Moraes

"Mulheres Faveladas: Com a Venda nos Olhos", em Perspectivas Antropológicas da Mulher", n. 1 Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981 — Autora: Tania Salem



"MULHERES FAVELADAS: COM A VENDA NOS OLHOS" é um dos 'extos que inaugura o lançamento do primeiro número da coleção "Perspectivas Antropológicas da Mulher". O texto de Tania Salem é o resultado de uma pesquisa realizada na Rocinha, favela no Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender como as mulheres pobres constroem sua identidade social. Trata-se, pois, de lidar com uma população extremamente desfavorecida, parte de um cenário social miserável e que está oprimida por sua extração de classe, por seu sexo, por uma cidadania sempre negada.

As mulheres entrevistadas, com idades entre 25 e 52 anos, eram todas mães e migrantes de áreas rurais. Por que migrantes, porque moradoras de uma favela que se debruça sobre ricos bairros residenciais da zona sul do Rio, sobretudo porque mulheres, sua inserção ao trabalho coletivo e assalariado é descontínua, não profissional, fluida: algumas haviam sido domésticas e abandonado o emprego, outra era diarista, outra fazia bolos em casa, outra ainda lava as roupas para serventes de construção.

Com a casa e as crianças para cuidar, sobrevivem através do expediente do "trabalho a domicílio", a dupla jornada desempenhada ao mesmo tempo e incansavelmente: os dedos na agulha, os olhos nas crianças, o olfato no fogão.

Preocupada em compreender como essas mulheres constituem-se em sujeitos para elas mesmas, Tania Salem desvenda, na análise que faz dos depoimentos, duas ordens diferentes e interligadas de determinações.

De um lado, elas se auto-definem e compreendem suas vidas porque se sentem o resultado de uma organização social hierarquizada que lhes concedera o espaço destituído.

Desse lado, são o que são, têm o pouco que lhes resta porque são pobres e nasceram pobres.

Mas, percebem-se não somente pobres mas também mulheres e, portanto, de outro lado, parte de uma estrutura de organização de gêneros, na qual o sexo feminino é "mais fraco", "menos corajoso", "mais amarrado à família" e, por conseguinte, mais responsável e mais sofrido.

Mas a descoberta mais vigorosa de Tania Salem e que, acredito, constitui o ponto mais rico e nevrálgico de seu trabalho, é que, paradoxalmente, essas mulheres sentem-se presas a um destino: o da carência, o da insuficiência, o da pressão, porque seu universo é duplamente indeterminado, foge a seu controle e delas não depende.

Diz a autora: "Mesmo acionando todos os recursos legítimos disponíveis, vingará a não correspondência entre a maximização de esforços e os resultados decorrentes" e a "indeterminação assenta, primordialmente, na persistente conjugação entre 'excesso de trabalho' e 'não ter coisas'". O produto da ação é, assim, exterior e indeterminado, pois escapa ao controle. Mas também é indeterminado, porque já que o enfrentamento do mundo é um encargo masculino, os homens são imponderáveis.

O fato é que essas mulheres experimentam suas relações com os homens desamparadamente e através de sucessivos abandonos: meninas ainda, assistiram seus pais saindo de casa e largando suas mães, ou foram doadas a parentes ou outras famílias para serem "criadas"; casadas, foram abandonadas por seus maridos, em busca de melhores oportunidades na cidade grande; em busca desses, viram-se com frequência rejeitadas em troca de outras mulheres; seus filhos homens as deixavam para constituírem suas próprias famílias. Porque o homem é do mundo, ele sempre pode ir embora; porque a mulher é da família, ela sempre permanece.

Enfrentando os múltiplos aspectos que constroem a imagem feminina de sua individualidade, enfrentando a temática das desigualdades sociais entre mulheres de classes sociais distintas (temática sobre a qual o feminismo tende a ser reticente), na busca estratégica de uma opressão comum e compartilhada, o texto de Tania Salem é uma contribuição imprescindível para uma antropologia da mulher, de uma mulher particular, aquela que lhe afirma: "A única coisa que eu queria hoje era ter o meu canto e viver sossegada, sem depender de ninguém, que quando você depende dos outros nunca tá sossegada."

E hoje, a bem dizer, tô com a venda nos olhos."

Maria Valéria Junho Pena

EDITORA
VOZES

Livraria, Papelaria, Artigos
Religiosos e Audiovisual

(Aceitamos Encomendas)
Rua Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611
(estacionamento próprio)
Rua Senador Feijó, 158/168
Tels.: (011)32-6890,
e 36-2288
SÃO PAULO / SP
Apresente este anúncio e ganhe
um desconto especial

LEITURA



"A Bolsa Amarela" - Lygia Bojunga Nunes - Livraria Agir Editora - Rio de Janeiro - 1ª edição em 1976

"A BOLSA AMARELA" FOI O PRIMEIRO e talvez o único livro infantil que escolheu para tema central a repressão da criança somada à repressão da mulher. Herdeira direta de "A fada que tinha idéias" - novela infantil de Fernanda Lopes de Almeida editada em 1972, que transfere o poder do adulto para as mãos da criança - Raquel (a dona da bolsa) conservou da Clara Luz (a fada) apenas a força de enfrentar o estabelecido, preferindo percorrer outras linguagens e outras direções.

A história é narrada por Raquel, menina de dez anos que começa a sentir o peso da repressão familiar. Pais, irmãs, irmão, tia, todos os "grandes" têm ascendência sobre ela, ascendência que se traduz em proibições, invasão de intimidade, ridicularização, controle da vida afetiva, etc. Tudo isto, somado aos "desprivilegios" de não ser menino e às humilhações que sofre por suas primeiras histórias escritas, levam Raquel a criar um mundo onde possa esconder seus três desejos: ser "grande", ser menino e ser escritora. Esse mundo cabe na bolsa amarela, que ela carrega para todo o canto e que possui um fecho que emperra sempre que um "estranho" tenta invadi-la.

Transitando no real e na fantasia e fazendo uma mixagem perfeita entre os dois, Raquel adquire uma visão muito ampla de sua família e, por extensão, da sociedade onde vive. Percebe, por exemplo, que se o poder trocar de mãos, ou se ela participar do poder, assim a realidade não se tornará satisfatória, a menos que todos tenham condições de participar.

Para chegar a esta conclusão é decisivo o diálogo com o galo Afonso, que foi o do galinheiro porque que tinha que mandar em 15 galinhas.

Afonso reclama que não agüenta mais resolver tudo para as galinhas, mandar nelas, ser um "tomador-de-conta-de-galinha" como "o seu pai era, como o seu avô era, como o seu bisavô era, como o seu tataravô era". Raquel pergunta como as galinhas reagiram. Ele diz que não aceitaram esse desvirtuamento da ordem, argumentando que "pensar dá muito trabalho". E deram queixa de Afonso para o dono do galinheiro.

Assumindo em nível simbólico os habitantes de sua bolsa, Raquel realiza uma verdadeira ludoterapia da qual resulta o auto-conhecimento e a auto-valorização. Isto se traduz na cena final em que ela se desfaz dos nomes que queria ter, das vontades que queria realizar (ou seja, das atitudes de retraimento), aceitando-se menina e mulher, mas numa nova imagem de si mesma, atuante, diferente da que a família/sociedade haviam lhe reservado. E o primeiro fruto desta nova postura é o próprio livro, escrito por ela.

"A Bolsa Amarela", talvez o melhor lançamento infantil da década dos 70, merece ser lido não só pelas crianças de 8 a 11 anos, a faixa a que mais se presta, como por todo adulto ligado a crianças.

Mirna Pinsky

Novo Lançamento



Coleção Maria-sem-vergonha (de ser mulher) nº 1 - "Mulher, saxo no feminino" Idac - Brasiliense. Textos de Mariska Ribeiro e Rosiska Darcy Ribeiro. Desenhos de Miguel Paiva.

Quem passeia pela floresta da Tijuca, ou sobe as estradas que levam às cidades serranas do Rio de Janeiro, não pode deixar de prestar atenção nas minúsculas florzinhas que se agrupam, formando um tapete colorido nos sopés de morros e nas beiras dos caminhos.

Pequenas e delicadas, suas cores variam. Há muitas delas brancas, embora a maioria se apresente em todos os tons de rosa, desde o lilás bem claro até o vermelho pálido. Cores femininas, apropriadas para mulher, não é a toa que a florzinha ganha o nome de "Maria", afinal o mais feminino dos nomes.

O sobre-nome "sem-vergonha" vem da voz do povo, que diz que ela "dá na beira da estrada". Aproveita, assim, o duplo sentido do verbo dar para atribuir à florzinha uma conotação sensual, exibicionista e despuddorada, que aliás combina muito bem com ela. Colorida e atraente, a Maria-sem-vergonha exibe seus dons de beleza e sua força vital com tamanha irreverência que justifica o apelido pejorativo - apelido que é à própria negação da feminilidade reconhecida pelo primeiro nome.

Isso porque, em nossa cultura, mulher deve ter sempre muita vergonha: vergonha do que pensa, do que sente, do que deseja e, sobretudo, vergonha de ser mulher.

Nossas florzinhas, entretanto, parecem ligar bem pouco para isso e se agrupam - não há jamais uma "Maria" sozinha - misturando suas cores, gritando seus encantos exibindo sua verdade.

Quando pensamos em fazer uma publicação de interesse para mulheres, não hesitamos em adotar a florzinha como símbolo. Porque, como elas, não acreditamos que a condição feminina, em sua especificidade, deva ser escondida, escamoteada em nome do pudor ou da discreção.

A nós, parece que essa condição, porque vivida e sentida de maneira peculiar, precisa ser revelada, denunciada sem disfarces ou estratégias, mesmo com o risco do atrevimento, da rebeldia, da incompreensão. Por isso juntamos nossa voz, como as florzinhas juntam suas

cores, às vozes de outras mulheres para, com elas, formar um coro multicolorido, que defina, com precisão e alegria, o que pensamos, o que queremos, o que é, enfim, a vida para nós, mulheres.

Foi assim que "Maria-sem-vergonha (de ser mulher)" virou coleção. Coleção de publicações criadas pela equipe do IDAC (Instituto de Ação Cultural), prevista para doze números, a sair um em cada trimestre, onde se tentará registrar e comentar tudo aquilo que através dos tempos temos ouvido, aprendido, engolido e vivido como sendo "a natural essência feminina". Não se trata de uma série de "revistas femininas" porque ela não presuppõe o "feminino" da mesma maneira que as revistas do gênero o fazem.

O primeiro número, intitulado "Mulher-sexo no feminino", está sendo editado pela Editora Brasiliense e estará à venda a partir de julho. Nele, o que se tenta analisar é a visão de sexualidade que nos tem sido tradicionalmente imposta. Essa visão cria os mitos do *latin-lover*, do amante sábio e competente em contraposição à amada frágil, ingênua e expectante. E tenta manter esses mitos a peso de ouro, ou a preço de tiro, ignorando ouvir tudo o que as mulheres têm a dizer em relação a isso.

Vamos buscar bem longe a origem dessa pretensão e da convicção que as mulheres mantêm em relação a ela. Procuramos pensar um pouco sobre onde, como, por que se perdeu o direito ao prazer sexual, substituído hoje por uma competição atlética, tantos orgasmos versus tantas ereções. Embora sem respostas prontas e conclusivas, não temos vergonha de dizer abertamente o que pensamos sobre tudo isso. Porque estamos certas de que a revelação da maneira feminina de viver e sentir contribuirá positivamente ao processo de mudança de mundo no qual nos vemos hoje todos compulsoriamente engajados.

Nossa função aí será, às vezes, parecida com a da Maria-sem-vergonha: tecer de cor e beleza, insistentemente, desavergonhadamente, o desbotado "verde-esperança-perdida" que vem recobrando o campo das relações humanas. Sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser mulher.

Mariska Ribeiro



Ilustração de Miguel Paiva

MULHERES EM AÇÃO

Um encontro no Rio, para troca de informações

O movimento de mulheres está se espalhando rapidamente por todo o país, mas em geral os grupos ainda têm poucas informações sobre as atividades que são desenvolvidas fora de sua cidade ou de seu Estado. Para sanar a desinformação, será realizado no Rio de Janeiro, nos dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto, um Encontro do Movimento de Mulheres.

A iniciativa de realização do encontro partiu do Grupo Ceres — mais voltado para a reflexão e a pesquisa sobre a condição da mulher — e do grupo que elabora a publicação **Maria-sem-vergonha**. Numa carta dirigida a várias entidades, elas explicam seus objetivos: "Temos o maior interesse em conhecer suas atividades, sejam elas quais forem. Não se trata de privilegiar uma ou outra intervenção do que seja o 'verdadeiro feminismo'. Esse tipo de atitude, na maioria das vezes, impede que se escute a palavra de todas. Não se trata, também, de debater sobre quem está fazendo o trabalho mais 'correto', mas de tomarmos conhecimento de todas as atividades que estão em curso. Não se trata de discutir rumos ou caminhos futuros, mas de fazermos um balanço do que está acontecendo hoje no movimento de mulheres no Brasil".

A participação no encontro é aberta a qualquer grupo, e as coordenadoras tentarão obter uma hospedagem com café da manhã para uma representante de cada entidade. Mas, se nenhum membro de um grupo puder ir ao Rio, pede-se que envie o relato de suas atividades por escrito.

Até o final de junho já tinham confirmado adesão grupos de São Paulo, Rio, Minas, Brasília, Pernambuco e Maranhão. Quem quiser participar deve escrever para Encontro do Movimento de Mulheres, Rua Visconde de Pirajá, 550, sala 1404, CEP 22.410, Rio de Janeiro, RJ, fone 239.7146. E relacionar o nome do grupo, breve história, natureza, atividades desenvolvidas, projetos e áreas de interesse.

O encontro será realizado no auditório da Faculdade Cândido Mendes, rua Joana Angélica, 63, Ipanema, e começa às 10 horas da manhã do dia 31 de julho.

Creches, ainda objeto de controvérsia

Com quem devem ficar as crianças quando a mãe sai para trabalhar? Para a maioria dos 150 participantes do "Seminário sobre Creches", promovido em junho, em São Paulo, pelo Movimento de Defesa do Menor, a solução ideal é a rápida multiplicação de creches mantidas pelo poder público e administradas diretamente pela comunidade.

No terceiro e último dia de debates, contudo, depois de uma denúncia da baixa qualidade dos serviços prestados pela maioria das creches e às precárias condições de vida de grande parte das famílias brasileiras, alguns integrantes da mesa pregaram o ideal da manutenção do cuidado individual da criança, sob responsabilidade exclusiva da mãe. Segundo esses especialistas, a creche em si é um "paliativo" e sua multiplicação constitui uma ameaça ao desenvolvimento sadio das crianças.

Essa posição provocou grande reação de representantes de movimentos populares e de profissionais que trabalham diretamente com creches. Mas, mesmo assim, a presidente do Movimento de Defesa do Menor, Lia Junqueira, sugeriu que ela fosse levada em consideração no documento final do seminário, a ser elaborado por alguns dos participantes.

Não se pode deixar de lamentar que se volte a adotar a atitude conservadora de atribuir exclusivamente às mães a responsabilidade pelo cuidado das novas gerações, mesmo que essa posição venha entremeada de críticas à realidade econômica brasileira (Maria Malta Campos)

A luta pelos direitos humanos em Araraquara

"Dar apoio e solidariedade a todos aqueles que forem atingidos nos seus direitos de cidadão, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos" e "promover a elevação cultural, social e cívica da mulher através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social" — esses são os objetivos centrais do núcleo de Araraquara (interior de São Paulo) do Movimento Feminino dos Direitos Humanos, segundo sua presidente, Maria Alice Campos Rodrigues.

Sucessor do Movimento Feminino pela Anistia, criado em dezembro de 1975 por Terezinha Zerbini,

o Movimento Feminino dos Direitos Humanos tem núcleos em várias cidades. O núcleo de Araraquara foi criado em 1978 e, depois de integrar de variadas formas a luta pela conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, passou a participar de ações conjuntas com outras entidades locais com objetivos semelhantes aos seus. Nessa linha, participou, por exemplo, de passeata e ato público contra a instalação de usinas nucleares no Brasil, pela defesa da Amazônia, pela defesa do índio e em apoio aos operários do ABC em greve.

Ao mesmo tempo, o núcleo continua a desenvolver "um trabalho de esclarecimento da mulher e da população em geral enfatizando a importância da organização de todos em busca da igualdade de direitos dentro da sociedade". Nesse sentido, organizou a comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade, em 1980 e 1981.

O endereço do núcleo: rua Itália, 696, CEP 14.800, Araraquara, SP.

Casa da Mulher Paulista

Com uma festa, debates, mostra de filmes e noite de autógrafos de escritoras, foi inaugurada no fim de junho e começo de julho a Casa da Mulher de São Paulo, à rua Marques Leão, 807 na Bela Vista. Criada por iniciativa da Frente de Mulheres Feministas, a Casa será "um espaço para a discussão e implantação de projetos relacionados à população feminina".

Já estão previstos, por exemplo, atendimentos médico, jurídico e psicológico, montagem de uma biblioteca circulante com publicações nacionais e estrangeiras sobre a questão, criação de uma editora e programação de debates.

Centro de informação

Foi criado em São Paulo o Centro de Informação Mulher — CIM —, com o objetivo de centralizar informações sobre a mulher e a luta por sua liberação tanto no Brasil quanto no exterior. Pretende difundir essas informações através de todos os registros existentes (escritos, áudio-vi-

suais, filmes, discos, etc), e ainda promover encontros, palestras e debates. Para maiores informações, procure a sede do CIM: Rua dr. Cesário Mota Jr, 285, fone 864.0077, Vila Buarque, São Paulo. As organizadoras estão se reunindo todas as terças-feiras à noite.

SINDICATOS

No ar, os mesmos problemas da terra

— Nem que seja daqui a 20 anos, mostraremos que a mulher também pode pilotar, não sabe apenas passar baton.

As palavras são de Cecília, uma das integrantes da Comissão da Mulher Aeronauta, do Sindicato Nacional das Aeronautas, formada para tentar acabar com as discriminações à mulher no setor de aviação — discriminações, alias, semelhantes às de outros setores mais prosaicos. Além de não conseguir ser piloto de avião, em algumas empresas as mulheres não podem sequer chefiar a equipe de comissários de bordo, embora essa ocupação seja majoritariamente feminina.

A Comissão já conseguiu, através do Sindicato, que todas as empresas de aviação comercial proporcionem à mulher aeronauta, após os três meses de licença-maternidade, mais três meses em que ela trabalha apenas em vôos locais, sem pernoite, beneficiando assim a amamentação e o contato com o filho.

As próximas batalhas das aeronautas serão estas: conseguir creches tipo hotelzinho, com funcionamento 24 horas por dia, já que seu horário de trabalho é muito variável; obter aposentadoria especial, pois a pressurização do avião envelhece precocemente e causa problemas menstruais; e modificar a regulamentação do trabalho do aeronauta. A regulamentação estabelece 11 horas de descanso para cada jornada de trabalho de 13 horas, o que, argumentam, impossibilita-as de estudarem ou viverem uma vida familiar e afetiva que preencha suas necessidades.



Ilustração Henrique Magalhães — Contribuição do grupo "Nos também", de João Pessoa.

Cozinha

Metalúrgicas de SP começam bem

A Comissão de Mulheres do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, criada em março, depois do III Congresso da Mulher Paulista (do Facembu), já conseguiu uma vitória: o Sindicato firmou um acordo com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em que os empresários se comprometeram a implantar e manter quatro creches com capacidade para 80 a 120 crianças de 6 meses a 6 anos, filhos de operários metalúrgicos. As creches serão assim distribuídas: zona leste de São Paulo, zona sul, Guarulhos e Osasco. A fiscalização ficará a cargo da Comissão de Mulheres do Sindicato, que está tentando negociar com a Prefeitura a construção das creches.

Outra prioridade da Comissão é conseguir a estabilidade da gestante até seis meses após o parto (hoje, a estabilidade é de dois meses após o parto). Nair Maria de Jesus Goulart, candidata à diretoria do Sindicato nas próximas eleições e uma das integrantes da Comissão, informa que têm sido realizadas reuniões específicas para as metalúrgicas todas as primeiras terças-feiras do mês, lá mesmo no Sindicato.

Conclat, uma oportunidade para debater nossas questões

Desde 1964, esta é a primeira vez que trabalhadores de todo o País, da cidade e do campo, vão se reunir para debater seus problemas e tentar unificar suas lutas: nos dias 21, 22 e 23 de agosto, em São Paulo, será realizada a 1.ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat).

Convocada por 183 entidades sindicais, a Conclat discutirá seis temas — direito do trabalho, sindicalismo, previdência social, política salarial e econômica, política agrária e problemas nacionais. Cada sindicato pode apresentar teses sobre qualquer dos temas (se possível todos), e encaminhá-las à secretaria geral da Conferência até o dia 7 de agosto.

Ao lado da discussão dos temas gerais que afetam o trabalhador hoje no Brasil, como estabilidade no emprego, direito de greve e melhoria dos salários, esta será uma ótima oportunidade para o debate de tópicos que interessam diretamente à mulher trabalhadora, como salário igual para trabalho igual, ampliação da licença-maternidade, fim da discriminação contra a mulher e instalação de creches nas empresas. Alguns sindicatos já estão incluindo uma análise desses itens e plataformas de luta para combatê-los em suas teses sobre os diversos temas.

CULTURA

Filmes, à sua disposição

Já existem no Brasil dezenas de filmes muito expressivos, realizados por mulheres preocupadas em re-

fletir sobre a condição feminina. Normalmente, contudo, são curtas-metragens feitos com pouco dinheiro, sem nenhum apoio de divulgação, e terminam sendo vistos por poucas pessoas. A organização de um cadastro desses filmes e a programação de mostras em várias cidades são alguns dos objetivos do Grupo Feminino de Pesquisa Cinematográfica, com sede no Rio.

Se você quiser alugar alguns desses filmes para passar em sua cidade ou mesmo comprar cópias, procure Leilany Fernandes Leite, do Grupo, no seguinte endereço: Rua General Mariante, 108/ap. 202 - Laranjeiras - CEP 22.221 - Rio de Janeiro. Em junho, estavam catalogados os

seguintes filmes: "Advento" e "Delírio", de Suzana Sereno; "Versus", de Landa Pinheiro; "Ana Letycia", de Eunice Gutman; "Só o amor não basta", de Dilma Loes; "A menina e a casa da menina", de Maria Helena Saldanha; "A mulher e o cinema brasileiro", de Ana Maria Magalhães; "Mulheres metalúrgicas", de Olga Futema; "Minha vida, nossa luta", de Suzana Amaral; "Eat me", de Lygia Pape; "Substantivo", de Regina Machado; "Teu nome veio da África" e "Creche-lar", de Maria Luiza D'Aboim; "Pé direito", de Nazareth O'Hana; "Mangue", de Célia Rezende; e "Tempo quente", de Leilany Fernandes.

Exposição de fotos

Em plena Cinelândia — o mais tradicional centro comercial e cultural do Rio de Janeiro — painéis com imensas ampliações de fotografias sobre mulher e trabalho. A mostra provocou grande interesse entre as centenas de pessoas que passam diariamente pela Cinelândia e que invariavelmente paravam para observar o primeiro "museu de rua" promovido pela Fundação

Rio. A mostra ficou ali durante o mês de maio e, depois, foi levada para outros bairros do Rio. A pesquisa iconográfica foi feita por Cláudia Jaguaribe e Solange Garcia de Zuniga; o texto dos painéis ficou a cargo de Lúcia Etienn e Romeu, e Maria Rita de Alencar Parreiras Horta e Maria del Carmen Zilio encarregaram-se da programação visual.



Foto Gabriel Carvalho

IMPRENSA

Em Goiás, a oposição à "maria-vai-com-as-outras"

O Grupo Feminista de Estudos de Goiânia, criado há apenas quatro meses, já lançou a publicação de um boletim, *Mariação*. O nº 0 saiu no final de maio, com oito páginas e cinco mil exemplares, quase esgotados. Nele, o grupo explica que escolheu esse nome porque Maria identifica comumente a mulher na sociedade brasileira e Ação significa "a manifestação de uma energia, a capacidade de agir, o poder de fazer alguma coisa". E mais:

"Maria / Ação como uma recusa em ser Maria do Fulano, Maria do Sicrano, buscando, na delimitação do espaço feminino, a identidade do próprio ser/mulher e não como posse ou propriedade decorrente do ser mulher de..."

"Maria e Ação também em oposição a expressões utilizadas para denegrir a mulher, tais como maria-mole, maria-mijona, maria-sapatão e maria-vai-com-as-outras; em contestação a uma imagem feminina de incapacidade, resignação e passividade eternas. Maria e Ação representando a mulher que demonstra ter vontade, inteligência e ser capaz de se tornar, ela também, sujeito da História.

"*Mariação* num sentido bem de acordo com as propostas feministas de recuperação dos valores femininos. *Mariação*, portanto, como esforço para refletir essa mulher —

Maria — que está rompendo com o anonimato e a submissão para, livre e conscientemente, agir no mundo na construção de uma sociedade onde homens e mulheres, finalmente companheiros, não mais se identifiquem como opressores e oprimidos."

Endereço para correspondência: Grupo Feminista de Estudos, A/C Virgínia Guimarães, Rua 85, nº 440, Ed. Serra do Mar, apto. 304/A, Setor Marista, CEP 74.000, Goiânia, GO.

"A leitora não frequenta as páginas que lê"

Interessante matéria publicada na *Isto É* de 3/6/81: as conclusões da tese "Mulher de Papel — A representação da mulher na imprensa feminina brasileira", feita pela jornalista e professora da USP Dulcília Buitoni. A conclusão básica de Dulcília é que a leitora brasileira "não frequenta as páginas que lê".

Em seu estudo, ela analisa desde *O Espelho Diamantino*, jornal fundado em 1827 no Rio de Janeiro, considerado o primeiro do gênero, até as publicações mais recentes, como *Nova e Cláudia*, e conclui que a leitora brasileira "não frequenta as páginas que lê".

Diz a *Isto É*: "A mulher *comme il faut* na história das revistas femininas não tem problemas de cor — é sempre branca, do tipo europeu ou americano —, não sofre desigualdades sociais — o padrão nunca é popular, varia da classe média à alta — e oscila entre cumprir os papéis de dona-de-casa, esposa e mãe. Algumas vezes, assume o de companheira eventual. Nada mais: o trabalho de Dulcília — que ela agora publicará em livro — traz a paradoxal revelação de que, mesmo quando erguida à condição de personagem central, a mulher nunca deixou de ser tratada como figurante."

AUÊ quer ser um jornal gostoso

Interessado em falar "de coisas muito sérias mas de maneira informal, pois não queremos dar aulas a ninguém, e sim fazer amigos através de um jornal gostoso", saiu o nº 0 do *AUÊ-Jornal de Sexualidade*. Editado no Rio, tem o propósito de "enfocar o corpo e a sexualidade exatamente em sua conotação mais ampla, acabando com essa história de dividir o ser humano em espírito e matéria".

O nome *AUÊ* foi escolhido porque é "curtinho, fácil e em língua ingênua significa exatamente o que estamos fazendo: um tremendo agite, um baita movimento". No Rio já existem dois grupos com o mesmo nome — um avistista, pela livre opção sexual, e outro de teatro — mas eles não têm qualquer ligação com o jornal.

O jornalista-responsável pelo *AUÊ* é José Batista de Carvalho, e o corpo editorial é composto por Aldo Victorio, Angela José, João Antônio Mascarenhas, João Carneiro, João Luiz Pacheco Mendes, Jorge Vasconcelos, Leila Miccolis, Lélia Gonzalez, Liane dos Santos e Marcelo Liberati. O jornal é bimestral, tem formato um pouco menor do que o de *Mulherio*, 16 páginas e tiragem de 10 mil exemplares. Se você quiser comprá-lo (Cr\$ 50,00 cada exemplar), escreva para Caixa Postal 46002, no Rio.

Este texto foi escrito em maio deste ano, em Salto, cidadezinha do interior de São Paulo, na noite da morte de um imigrante italiano, homem conhecido, professor e líder na comunidade, destes que, quando morrem, recebem um enterro concorrido e discursos à beira do túmulo. Gilda, a esposa, doente, não pôde ir ao enterro e continuou invisível como sempre esteve — simples mulher do João.

Gilda e João estiveram casados durante 63 anos, de 1918 a 1981. Ela analfabeta, nunca foi vista em público com o

marido, "o que de resto deveria lhe parecer natural, pois nunca ninguém terá ouvido dela uma palavra de espanto ou desgosto", diz Anita.

Anita Liberalesso Neri, nascida e criada em Salto, hoje professora de Psicologia em Campinas, visitou Gilda na noite da morte de João e teve um forte sentimento de identificação com ela. Sentiu que "era necessário falar publicamente pelo menos uma vez sobre ela, ou seria nunca mais. Tinha certeza de que no dia de sua morte iriam dizer que "morreu a viúva do Sr..."

Ode

à companheira

Eu a vi deitada, calma e transparente. Olhos fechados. Nas mãos um terço e um lenço molhado. Não estava adormecida. Parecia sonhar. Com que sonharia?

Ela era apenas uma mocinha. Comum. Nem bonita nem feia, nem gorda nem magra. Uma jovem imigrada, comum em sua simplicidade de trabalhadora. O vestido branco fazia realçar o rubor de suas faces, ao ouvir o galanteio do jovem futuro mestre-escola.

Por que com ela?

Ele, ativo e instruído para os padrões da época. Ela, humilde e iletrada.

Mas, se é verdade que Deus deve dotar os seus pretendentes a justos de alguma intuição especial, é certo que o jovem viu nela a donna, a mamma, o esteio que haveria de ajudá-lo a cumprir seus ideais: povoar a Terra de filhos e as cabeças de pensamentos retos, disciplina, temor a Deus e amparo a duas pátrias.

E assim se passaram as coisas.

Os anos se sucediam como numa velha tela de cinema. Na vida também, os fatos aconteciam e se mesclavam com rapidez

Crianças, panos, tanque.

Pão, polenta, porpeta.

Padre Arthur, Padre João.

Oh meu Deus,

a igreja pegando fogo!

Reis d'Itália, o Duce, o Faccio.

E o João seguindo seu caminho,

na Escola,

na Igreja,

em toda parte.

Ela feliz e resignada.

Nem precisava ser letrada.

Para saber do mundo,

bastavam os olhos do marido.

Mais crianças, mais panos, mais sabão.

Os tamancos, o gato xinxo, o chinelo.

O gnocchi, o minestrone, o macarrão.

O fogão,

o quentão,

As noites de São João.

A reza, o terço e o rojão.

Dante, o Fanfulla, Il Corriere della Serra.

Será?

Mais criança,

Mais roupa,

Mais água de lavadeira

A banda,

a escola,

a parada dos balilas.

De novo o pão no forno. Dona Ingrazia no portão, a oração, a procissão...

... passou.

Lá vai o andor,

e lá vai João,

todo arrumado,

em seu terno listrado.

Azul marinho,

e a camisa engomada,

branca.

Branca como os lençóis e as toalhas

desfraldadas ao vento do quintalão,



*onde a fomalha arde
esperando o pão.
Anda menino com o cilindro!
O tempo não espera,
e vai rodando, rodando
em suas engrenagens.
Ela mal se apercebe disso,
em sua faina diária. Faina de formiga,
formiga pequena,
apressada em seu labor sem fim.
Faina de quem nasceu para
viver à sombra,
dando força,
dando a mão,
fazendo massa,
fazendo pão.
Criando filho,
sem perguntar.
Falando sim,
sem contestar.
Orando,
até cansar.
Esperando,
sem reclamar.
Sempre se dando,
cosendo,
cozinhando,
rindo,
chorando,
sorriundo,
correndo.
Pára com isso, menino, olha o tamanco!
De repente ela sorri levemente*

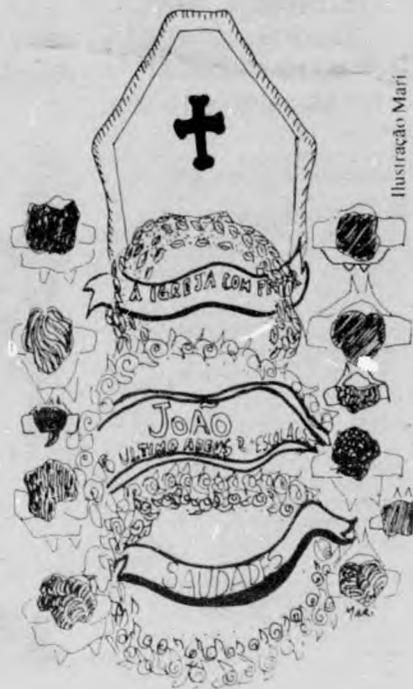


Ilustração Mari

me ponho a pensar em outro curso para seus pensamentos. Pensaria talvez nos regatos e nas pedrinhas de sua infância, quando ela era apenas ela, a Gilda, Gilda Baldin, feliz em sua simplicidade?

MULHERIO

F

I

M